

ESCRITOS REVOLUCIONÁRIOS

Errico Malatesta

ERRICO MALATESTA

(1853 – 1932)

Errico Malatesta nasceu em 14 de dezembro de 1853 na pequena cidade de Santa Maria de Capua Vetere, na província de Caserta. Seu pai, “um homem de idéias liberais”, segundo Luigi Fabbri, era um rico proprietário de terras.

Aos 14 anos de idade, Malatesta inicia sua atividade política ao protestar contra uma injustiça local, através de carta que envia ao rei Vittorio Emmanuele II, considerada por Fabbri como “insolente e ameaçadora”. As autoridades levaram a sério e ordenaram sua prisão, em 25 de março de 1868. Seu pai conseguiu libertá-lo recorrendo a amigos. Dois anos mais tarde (1870), segundo angiolini, ele foi novamente preso em Nápoles, por liderar uma manifestação e “suspensão” por um ano da Universidade de Nápoles, onde estudava medicina.

No ano de 1871, Errico adere à Internacional, por influência de Fanelli e Palladino. Ingressa na seção napolitana da Associação Internacional dos Trabalhadores, onde inicia uma nova fase de

atividades. Anos mais tarde descreveria a vida de um militante naqueles dias de “entusiasmo”, quando os internacionalistas estavam “sempre dispostos a qualquer sacrifício pela causa e estavam animados pelas mais arrebatadas esperanças”.

“Todos entregavam para a propaganda tudo o que podiam, e também o que não podiam, pois quando o dinheiro escasseava, vendiam tranqüilamente os objetos de suas casas, aceitando com resignação as censuras das respectivas famílias. Pela propaganda esquecíamos o trabalho e os estudos! Enfim, a Revolução estava a ponto de eclodir a qualquer momento, e teria arrumado tudo. Alguns acabavam com freqüência na cadeia, todavia, saíam dali com mais energias do que antes: as perseguições não tinham outro efeito senão consolidar nosso entusiasmo. É verdade que as perseguições daquele momento eram fracas comparadas com as que viriam mais tarde. Naquela época, o regime saído de uma série de revoluções: e as autoridades, rígidas desde o início com os trabalhadores, em particular no campo, mostravam certo respeito pela liberdade na luta política, uma espécie de indisposição parecida com a dos governantes austríacos e a dos Bourbons, que, todavia, se desfez tão rápido quanto se consolidou o regime, e a luta pela independência nacional foi relegada a um segundo plano”.

Nessa época, Malatesta se dedica de corpo e alma à Federação Italiana, e colabora com Carlo Cafiero em *L'Ordine* e *La Campana* de Nápoles, tendo abandonado seu curso de medicina.

Em 1872, por ocasião do Congresso de Saint-Imier, conhece Bakunin e participa dos trabalhos da Aliança. Ouçamos a comovente

descrição do primeiro encontro de Malatesta com Bakunin, feita pelo primeiro, em 1926, aos 73 anos de idade:

“... e assim fui para a Suíça com Cafiero. Encontrava-me enfermo, cuspiam sangue e tinha em mente a idéia de que estava tuberculoso...

Enquanto atravessava à noite o Gotardo (naquela época ainda não havia o túnel, sendo necessário atravessar a montanha coberta de neve em diligência) resfriei-me e cheguei à casa de Zurique, onde vivia Bakunin, tiritando de febre.

“Depois das primeiras saudações, Bakunin me preparou uma cama e me convidou – ou melhor, me forçou – a deitar-me, cobriu-me com todos os cobertores que pôde encontrar e insistiu para que eu descansasse e dormisse. Tudo isso com um cuidado e uma ternura maternal que me chegaram diretos ao coração.

“Quando me encontrava envolto nos cobertores e todos pensavam que eu dormia, ouvi Bakunin dizer coisas admiráveis sobre mim e comentava melancolicamente: “É uma pena que tenha ficado tão enfermo, em breve o perderemos; não lhe restam sequer seis meses!”

Entre as influências que determinaram o desenvolvimento de Malatesta, a de Bakunin foi a mais importante. Errico se refere a ele como: “O grande revolucionário, aquele a quem todos nós vemos como nosso pai espiritual”. Sua maior qualidade era a capacidade de “comunicar fé, desejo de ação e sacrifício a todos aqueles que tinham a oportunidade de encontrá-lo. Costumava dizer que era preciso ter o *diabo no corpo*, e sem dúvida o tinha em seu corpo e sua mente”.

Em 1873, Malatesta passa sem motivo seis meses na prisão em Trani, e atrai a simpatia do diretor pelo interesse de suas discussões.

No ano seguinte eclodem os movimentos insurrecionais preparados por Bakunin e Cafiero. A polícia, advertida, faz fracassar esses movimentos. Malatesta se encontra em Pouilles, foge numa carroça de feno, mas é reconhecido, preso e novamente encarcerado na prisão de Trani. No processo, em 1875, a propaganda pela Internacional não cessa e ele é absolvido. Junta-se então a Bakunin e Cafiero na Suíça. Nesse mesmo ano, 1875, apesar dos conselhos de Bakunin, parte para a Hungria a fim de participar da insurreição de Herzegovina contra os turcos. É preso e entregue à polícia italiana.

Em 1877, Malatesta e Cafiero preparam o movimento “o bando de Benevento”. Angariam dinheiro, encontram-se com Kropotkin, sem resultado. Finalmente Cafiero vendo o que lhe restava de bens. Esse movimento tinha um valor de exemplo. O revolucionário russo, Sergei Stepniak, dele participou. Apesar da ação da polícia, Cafiero, Stepniak e Malatesta, assim como uns trinta internacionalistas, armados, bandeira vermelha à frente, tomaram a vida de Lentino. Foram distribuídas armas à população, os documentos oficiais queimados. Em seguida, foram a Gallo. Em todos os lugares faziam discursos, a população escutava, mas não participava. O exército interveio, a situação era desesperadora, Malatesta e Cafiero, ainda que sabendo como fugir permaneceram *in loco* e foram presos. A aventura durou doze dias, um policial foi morto, um outro foi ferido.

No processo, todos declararam ter disparado contra os policiais, mas o júri os absolveu.

Malatesta volta a Nápoles em 1878 e é constantemente vigiado pela polícia. Gasta sua herança em propaganda. Parte por um tempo para o Egito. Lá, o cônsul italiano o expulsa para Beirute, o de Beirute o envia para Esmirna. A bordo de um navio francês, torna-se amigo do capitão, que o conserva no navio até a Itália. Em Livorno, a polícia quer prendê-lo, mas o capitão se recusa a entregá-lo. Finalmente, Malatesta desce para Marselha e, dali, vai para Genebra onde ajuda Kropotkin a publicar *Le Revolté*. Expulso, dirige-se à Romênia, em seguida, à França (1879). De novo expulso, vai para a Bélgica, depois para Londres. Fixa-se, enfim, em Londres, onde trabalha como vendedor de sorvetes e de bombons antes de abrir uma nova oficina mecânica.

Empreende várias viagens clandestinas à França, Bélgica, Espanha, Itália. Incógnito na Itália polemiza com Merlino em *L'Agitazione*, em consequência da passagem deste ao parlamentarismo. Graças a isso Merlino não é seguido por quase nenhum anarquista italiano. Malatesta ataca os individualistas e os marxistas, o espontaneísmo de Kropotkin, insiste “sobre a necessidade de organizar o anarquismo em partido e propaga, pela primeira vez na Itália, o método sindical e a ação direta operária”. O jornal era apreciado mesmo por seus adversários. Preso de novo por agitações sociais é enviado para a prisão da ilha de Nistica, depois para a de Lampedusa. Foge com dois camaradas em 1899, alcança Malta, Londres, em seguida Paterson nos Estados Unidos. Lá, dá continuidade à publicação do jornal *La Questione Sociale*. Profere conferências, redige *Il nostro programma*, vai a Cuba e retorna a Londres (1900). Retoma sua oficina mecânica (e de eletricidade) no bairro de Islington. Publica vários jornais: *L'Internazionale*, *Lo Schiopero*

Generale, etc. Participa do Congresso Internacional de Amsterdã, em 1907, onde se opõe a Monatte sobre a questão sindicalista.

Em 1913, vai à Itália, encontra-se com Mussolini, diretor do jornal *Avanti* (jornal operário mais importante). Acalma as querelas pessoais entre os anarquistas, entra em contato com as outras organizações revolucionárias, faz conferências, encoraja os sindicalistas (1914).

Em Ancona, durante as manifestações antimilitaristas das quais participava Malatesta, a polícia dispara, o povo se apodera da cidade. Os sindicatos decretam a greve geral. É a “semana vermelha”. Porém, o exército intervém. Mussolini apóia o movimento em palavra, mas nada faz. Malatesta foge não sem declarar: “Continuaremos a preparar a revolução libertadora que deverá assegurar a todos a justiça, a liberdade e o bem-estar”.

Volta uma vez mais para Londres onde critica, entre outros, Kropotkin, por ter se manifestado a favor da guerra. Em 1919, regressa uma vez mais à Itália, onde é recebido em Gênova por uma multidão. Inicia uma série de conferências sobre a necessidade da revolução. O jornal tradicional italiano *Corriere de la Sera*, a 20 de janeiro de 1920, retrata-o como se segue: *O anarquista Malatesta é hoje uma das maiores personagens da vida italiana. As multidões das cidades correm a seu encontro, e só não lhe entregam as chaves das portas, como era o costume outrora, unicamente porque não há mais chaves nas portas.*

Inicia, então, negociações com os socialistas para fazer a revolução. A polícia tenta provocar desordens e assassina-lo. Apesar dos obstáculos legais, *Umanità Nova*, jornal de Malatesta, tem uma tiragem

inicial de 50.000 exemplares. Impulsiona a União Sindicalista Italiana (U.S.I.) de influência anarquista.

Em 1920, em Ancona, eclode uma insurreição e as fábricas são ocupadas. Mas, o movimento é traído pela atitude dos social-democratas da C.G.T. que devolvem as fábricas.

Após um encontro anarquista na cidade de Bolonha, em que Malatesta toma a palavra, eclodem incidentes, há vítimas e feridos do lado dos operários e da polícia. Malatesta e equipe do *Umanità Nova* são presos. Os protestos se multiplicam, ocorrem atentados fascistas.

O fascismo, financiado pela burguesia, ajudado pelo governo, avança. Em contrapartida, Malatesta favorece a formação dos grupos armados.

Em julho de 1922, a greve geral é proclamada pela Aliança do Trabalho (união de diversos sindicatos sobre o impulso de Malatesta), mas o fascismo a dizima pela força. Em seguida, em outubro, acontece a “marcha sobre Roma”, e a sobre a praça Cavour os fascistas queimam um retrato de Malatesta. *Umanità Nova* é proibido. Malatesta, aos sessenta e nove anos, retoma sua profissão de eletricitista. A polícia o vigia em todos os seus movimentos.

Em 1924, surge *Pensiero e Volontà*. O fascismo, em seu começo, permite a liberdade de imprensa, mas a censura se faz cada vez mais severa até a proibição da revista em 1926. A oficina de Malatesta é destruída pelos fascistas. É obrigado a sobreviver da ajuda dos camaradas, assim como sua companheira, Elena Mulli e a filha desta última, Gemma.

Sua saúde se debilita. Ele consegue enviar artigos para *Le Réveil* de Genebra e *L'Adunata Del Refratari* de Nova Iorque. Os ataques brônquio-pulmonares se sucedem. Malatesta morre em 22 de julho de 1932.

Apud. Vernon Richards – *Malatesta, Vida e Idéias e Artigos Políticos*.

ESCRITOS REVOLUCIONÁRIOS

PROGRAMA ANARQUISTA

1903

O texto que segue foi publicado em 1903, sob o título Nosso Programa, por um grupo italiano dos Estados Unidos. Em 1920, ele foi inteiramente aceito pelo congresso da Unione Anarchica Italiana de 1 a 4 de julho. O primeiro parágrafo não aparece em 1920 e os subtítulos são, ao contrário, dessa época.

Nada temos a dizer de novo. A propaganda não é, e não pode ser, senão a repetição contínua, incansável, dos princípios que devem nos servir de guia na conduta que devemos seguir nas diferentes circunstâncias da vida.

Repetiremos, portanto, com termos mais ou menos diferentes, mas no fundo constantes, nosso velho programa socialista-anarquista-revolucionário.

O programa da União Anarquista Italiana é o programa anarquista-comunista revolucionário. Há meio século ele foi proposto na Itália, no seio da Internacional, sob o nome de programa socialista. Mais tarde, tomou o nome de socialista-anarquista, como reação contra a degenerescência, autoritária e parlamentar, crescente do movimento socialista. Em seguida, finalmente, denominaram-no anarquista.

1. *O que queremos*

Acreditamos que a maioria dos males que afligem os homens decorre da má organização social; e que os homens, por sua vontade e seu saber, podem fazê-los desaparecer.

A sociedade atual é o resultado das lutas seculares que os homens empreenderam entre si. Desconheceram as vantagens que podiam resultar para todos da cooperação e da solidariedade. Viram em cada um de seus semelhantes (exceto, no máximo, os membros de sua família) um concorrente e um inimigo. E procuraram açambarcar, cada um por si, a maior quantidade de prazeres possível, sem se preocuparem com os interesses alheios.

Nesta luta, é óbvio, os mais fortes e os mais afortunados deviam vencer, e, de diferentes maneiras, explorar e oprimir os vencidos.

Enquanto o homem não foi capaz de produzir mais do que o estritamente necessário para sua sobrevivência, os vencedores só podiam afugentar e massacrar os vencidos, e se apoderar dos alimentos colhidos.

Em seguida – quando, com a descoberta da pecuária e da agricultura, o homem soube produzir mais do que precisava para viver – os vencedores acharam mais cômodo reduzir os vencidos à servidão e fazê-los trabalhar para eles.

Mais tarde, os vencedores acharam mais vantajoso, mais eficaz e mais seguro explorar o trabalho alheio por outro sistema: conservar para si a propriedade exclusiva da terra e de todos os instrumentos de trabalho, e conceder uma liberdade aparente aos deserdados. Estes, não tendo os meios para viver, eram obrigados a recorrer aos proprietários e a trabalhar para eles, sob as condições que eles lhes fixavam.

Deste modo, pouco a pouco, através de uma rede complicada de lutas de todos os tipos, invasões, guerras, rebeliões, repressões, concessões feitas e retomadas, associação dos vencidos, unidos para se defenderem, e dos vencedores, para atacarem, chegou-se ao estado atual da sociedade, em que alguns homens detêm hereditariamente a terra e todas as riquezas sociais, enquanto a grande massa, privada de tudo, é frustrada e oprimida por um punhado de proprietários.

Disto depende o estado de miséria em que se encontram geralmente os trabalhadores, e todos os males decorrentes: ignorância, crime, prostituição, definhamento físico, abjeção moral, morte prematura. Daí a constituição de uma classe especial (o governo) que, provida dos meios

materiais de repressão, tem por missão legalizar e defender os proprietários contra as reivindicações do proletariado. Ele se serve, em seguida, da força que possui para arrogar-se privilégios e submeter, se ela pode fazê-lo, à sua própria supremacia, a classe dos proprietários. Disso decorre a formação de outra classe especial (o clero), que por uma série de fábulas relativas à vontade de Deus, à vida futura, etc, procura conduzir os oprimidos a suportarem docilmente o opressor, o governo, os interesses dos proprietários e os seus próprios. Daí decorre a formação de uma ciência oficial que é, em tudo o que pode servir os interesses dos dominadores, a negação da verdadeira ciência. Daí o espírito patriótico, os ódios raciais, as guerras e as pazes armadas, mais desastrosas do que as próprias guerras. O amor transformado em negócio ignóbil. O ódio mais ou menos latente, a rivalidade, a desconfiança, a incerteza e o medo entre os seres humanos.

Queremos mudar radicalmente tal estado de coisas. E visto que todos estes males derivam da busca do bem-estar perseguido por cada um por si e contra todos, queremos dar-lhe uma solução, substituindo o ódio pelo amor, a concorrência pela solidariedade, a busca exclusiva do bem-estar pela cooperação, a opressão pela liberdade, a mentira religiosa e pseudocientífica pela verdade.

Em conseqüência:

- 1) Abolição da propriedade privada da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho – para que ninguém disponha de meio de viver pela exploração do trabalho alheio –, e que todos, assegurados dos meios de produzir e de viver, sejam de fato

independentes e possam associar-se livremente, uns aos outros, no interesse comum e conforme as simpatias pessoais.

- 2) Abolição do governo e de todo poder que faça a lei para impô-la aos outros: portanto, abolição das monarquias, repúblicas, parlamentos, exércitos, polícias, magistraturas e toda instituição que possua meios coercitivos.
- 3) Organização da vida social por meio das associações livres e das federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas segundo a vontade dos membros, guiadas pela ciência e pela experiência, liberta de toda obrigação que não derive das necessidades naturais, às quais todos se submetem de bom grado quando reconhecem seu caráter inelutável.
- 4) Garantia dos meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar às crianças e a todos aqueles que são incapazes de prover sua existência.
- 5) Guerra às religiões e todas as mentiras, mesmo que elas se ocultem, sob o manto da ciência. Instrução científica para todos, até os graus mais elevados.
- 6) Guerra ao patriotismo. Abolição das fronteiras, fraternidade entre todos os povos.
- 7) Reconstrução da família, de tal forma que ela resulte da prática do amor, liberto de todo laço legal, de toda opressão econômica ou física, de todo preconceito religioso.

Tal é o nosso ideal.

2. *Vias e meios*

Até agora expusemos qual é o objetivo que queremos atingir, o ideal pelo qual lutamos.

Mas não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptativos à sua realização. E esses meios não são arbitrários: derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, mas, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades freqüentes opostas, e que são a conseqüência natural e necessária aos métodos que empregamos. Quem se opõe a caminho e se engana de estrada, não vai aonde quer, mas aonde o conduz o caminho tomado.

É preciso dizer, portanto, quais são os meios que, segundo nossa opinião, conduzem ao nosso ideal, e que intencionamos empregar.

Nosso ideal não é daqueles cuja plena realização depende do indivíduo considerado de modo isolado. Trata-se de mudar o modo de viver em sociedade: estabelecer entre os homens relações de amor e solidariedade, realizar a plenitude do desenvolvimento material, moral e intelectual, não para o indivíduo isolado, não para os membros de certa classe ou de certo partido, mas para todos os seres humanos. Esta transformação não é medida que se possa impor pela força; deve surgir

da consciência esclarecida de cada um, para se manifestar, de fato, pelo livre consentimento de todos.

Nossa primeira tarefa deve ser, portanto, persuadir as pessoas.

É necessário atrair a atenção dos homens para os males que sofrem, e para a possibilidade de destruí-los. É preciso que suscitemos em cada um a simpatia pelos sofrimentos alheios, e o vivo desejo pelo bem de todos.

A quem tem fome e frio, mostraremos que seria possível e fácil assegurar a todos a satisfação das necessidades materiais. A quem é oprimido e desprezado, diremos como se pode viver de modo feliz em uma sociedade de livres e iguais. A quem é atormentado pelo ódio e pelo rancor, indicaremos o caminho para encontrar o amor por seus semelhantes, a paz e a alegria do coração.

E quando tivermos obtido êxito em disseminar na alma dos homens o sentimento da revolta contra os males injustos e inevitáveis, dos quais se sofre na sociedade atual, e em fazer compreender quais são suas causas e como depende da vontade humana eliminá-las; quando tivermos inspirado o desejo vivo e ardente de transformar a sociedade para o bem de todos, então os convictos, por impulso próprio e pela persuasão daqueles que os precederam na convicção, se unirão, desejarão e poderão por em prática o ideal comum.

Seria – já o dissemos – absurdo e em contradição com nosso objetivo querer impor a liberdade, o amor entre os homens, o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas pela força. É preciso contar com a livre vontade dos outros, e a única coisa que podemos fazer é

provocar a formação e a manifestação desta vontade. Mas seria da mesma forma absurdo e em contradição com nosso objetivo admitir que aqueles que não pensam como nós impedem-nos de realizar nossa vontade, visto que não os privamos do direito a uma liberdade igual à nossa.

Liberdade, portanto, para todos, de propagar e experimentar suas próprias idéias, sem outros limites senão os que resultam naturalmente da igual liberdade de todos.

Mas a isto se opõem, pela força brutal, os beneficiários dos privilégios atuais, que dominam e regulam toda a vida social presente.

Eles controlam todos os meios de produção: suprimem, assim, não somente a possibilidade de aplicar novas formas de vida social, o direito dos trabalhadores de viverem livremente de seu trabalho, mas também o próprio direito à existência. Obrigam os não-proprietários a se deixarem explorar e oprimir, se não quiserem morrer de fome.

Os privilegiados têm as polícias, as magistraturas, os exércitos, criados de propósito para defendê-los, e para perseguir, encarcerar, massacrar os oponentes.

Mesmo deixando de lado a experiência histórica, que nos demonstra que nunca uma classe privilegiada despojou-se, total ou parcialmente, de seus privilégios e que nunca um governo abandonou o poder sem ser obrigado a fazê-lo pela força, os fatos contemporâneos bastam para convencer quem quer que seja de que os governos e os burgueses procuram usar a força material para sua defesa, não somente contra a expropriação total, mas contra as mínimas reivindicações populares, e

estão sempre prontos a recorrer às perseguições mais atrozes, aos massacres mais sangrentos.

Ao povo que quer se emancipar, só resta uma saída: opor violência a violência.

Disso resulta que devemos trabalhar para despertar nos oprimidos o vivo desejo de uma transformação radical da sociedade, e persuadi-los de que, unindo-se possuem a força de vencer. Devemos propagar nosso ideal e preparar as forças morais e materiais necessárias para vencer as forças inimigas e organizar a nova sociedade. Quando tivermos força suficiente, deveremos, aproveitando as circunstâncias favoráveis que se produzirão, ou que nós mesmos provocaremos, fazer a revolução social: derrubar pela força o governo, expropriar pela força os proprietários, tornar comuns os meios de subsistência e de produção, e impedir que novos governantes venham impor sua vontade e opor-se à reorganização social, feita diretamente pelos interessados.

Tudo isso é, entretanto, menos simples do que parece à primeira vista. Relacionamo-nos com os homens tais como são na sociedade atual, em condições morais e materiais muito desfavoráveis; e nos enganaríamos ao pensar que a propaganda é suficiente para elevá-los ao nível de desenvolvimento intelectual e moral necessário à realização de nosso ideal.

Entre o homem e a ambiência social há uma ação recíproca. Os homens fazem a sociedade tal como é, e a sociedade faz os homens tais como são, resultando disso um tipo de círculo vicioso: para transformar a

sociedade é preciso transformar os homens, e para transformar os homens é preciso transformar a sociedade.

A miséria embrutece o homem e, para destruir a miséria, é preciso que os homens possuam a consciência e a vontade. A escravidão ensina os homens a serem servis, e para se libertar da escravidão é preciso homens que aspirem à liberdade. A ignorância faz com que os homens não conheçam as causas de seus males e não saibam remediar esta situação; para destruir a ignorância, seria necessário que os homens tivessem tempo e meios de se instruírem.

O governo habitua as pessoas a sofrerem a lei e a crerem que ela é necessária à sociedade; para abolir o governo é preciso que os homens estejam persuadidos da inutilidade e da nocividade dele.

Como sair deste impasse?

Felizmente, a sociedade atual não foi formada pela clara vontade de uma classe dominante que teria sabido reduzir todos os dominados ao estado de instrumentos passivos, inconscientes de seus interesses. A sociedade atual é a resultante de mil lutas intestinas, de mil fatores naturais e humanos, agindo ao acaso, sem direção consciente; enfim, não há nenhuma divisão clara, absoluta, entre indivíduos, nem entre classes.

As variedades das condições materiais são infinitas; infinitos os graus de desenvolvimento moral e intelectual. É até mesmo muito raro que a função de cada um na sociedade corresponda às suas faculdades e às suas aspirações. Com freqüência, homens caem em condições inferiores àquelas que eram as suas; outros, por circunstâncias particularmente

favoráveis, conseguem elevar-se acima do nível em que nasceram. Uma parte considerável do proletariado já conseguiu sair do estado de miséria absoluta, embrutecedora, a que nunca deveria ter sido reduzido. Nenhum trabalhador, ou quase nenhum, encontra-se em estado de inconsciência completa, de aquiescência total às condições criadas pelos patrões. E as próprias instituições, que são produtos da história, contêm contradições orgânicas que são como germes letais, cujo desenvolvimento traz a dissolução da estrutura social e a necessidade de sua transformação.

Assim, a possibilidade de progresso existe. Mas não a possibilidade de conduzir, somente pela propaganda, todos os homens ao nível necessário para que possamos realizar a anarquia, sem uma transformação gradual prévia do meio.

O progresso deve caminhar simultânea e paralelamente entre os indivíduos e no meio social. Devemos aproveitar todos os meios, todas as possibilidades, todas as ocasiões que o meio atual nos deixa para agir sobre os homens e desenvolver sua consciência e suas aspirações. Devemos utilizar todos os progressos realizados na consciência dos homens para levá-los a reclamar e a impor as maiores transformações sociais hoje possíveis, ou aquelas que melhor servirão para abrir caminho a progressos ulteriores.

Não devemos somente esperar poder realizar a anarquia; e, enquanto esperamos, limitar-nos à propaganda pura e simples. Se agirmos assim, teremos, em breve, esgotado nosso campo de ação. Teremos convencido, sem dúvida, todos aqueles a que as circunstâncias do meio atual tornam suscetíveis de compreender e aceitar nossas idéias, todavia, nossa propaganda ulterior permanecerá estéril. E, mesmo que

as transformações do meio elevassem novas camadas populares à possibilidade de conceber novas idéias, isto aconteceria sem nosso trabalho, e mesmo contra, em prejuízo, como conseqüência, de nossas idéias.

Devemos fazer com que o povo, em sua totalidade e em suas diferentes frações, exija, imponha e realize, ele próprio, todas as melhorias, todas as liberdades que deseja, na medida em que concebe a necessidade disso e que adquire a força para impô-las. Assim, propagando sempre nosso programa integral e lutando de forma incessante por sua completa realização, devemos incitar o povo a reivindicar e impor cada vez mais, até que ele consiga a sua emancipação definitiva.

3. *A luta econômica*

A opressão que hoje pesa de uma forma mais direta sobre os trabalhadores, e que é a causa principal de todas as sujeições morais e materiais que eles sofrem, é a opressão econômica, quer dizer, a exploração que os patrões e os comerciantes exercem sobre o trabalho, graças ao açambarcamento de todos os grandes meios de produção e de troca.

Para suprimir radicalmente e sem retorno possível esta exploração, é preciso que o povo, em seu conjunto, esteja convencido de que possui o uso dos meios de produção, e de que aplica este direito primordial

explorando aqueles que monopolizam o solo e a riqueza social, para colocá-los à disposição de todos.

Todavia, é possível passar direto, sem graus intermediários, do inferno onde vive hoje o proletariado, ao paraíso da propriedade comum? A prova de que o povo ainda não é capaz, é que ele não o faz. O que fazer para chegar à expropriação?

Nosso objetivo é preparar o povo, moral e materialmente, para esta expropriação necessária; é tentar renovar a tentativa, tantas vezes quantas a agitação revolucionária nos der a ocasião para fazê-lo, até o triunfo definitivo. Mas de que maneira podemos preparar o povo? De que maneira podemos realizar as condições que tornarão possível, não somente o fato material da expropriação, mas a utilização, em vantagem de todos, da riqueza comum?

Nós dissemos mais acima que a propaganda, oral ou escrita, sozinha, é impotente para conquistar para as nossas idéias toda a grande massa popular. É preciso uma educação prática, que seja alternadamente causa e resultado da transformação gradual do meio. Deve-se desenvolver pouco a pouco nos trabalhadores o senso da rebelião contra as sujeições e os sofrimentos inúteis dos quais são vítimas, e o desejo de melhorar suas condições. Unidos e solidários, lutarão para obter o que desejam.

E nós, como anarquistas e como trabalhadores, devemos incitá-los e encorajá-los à luta, e lutar com eles.

Mas estas melhorias são possíveis em regime capitalista? Elas são úteis do ponto de vista da futura emancipação integral pela revolução?

Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, sua principal utilidade reside na própria luta. É por ela que os trabalhadores aprendem a defender seus interesses de classe, compreendem que os patrões e os governantes têm interesses opostos aos seus, e que não podem melhorar suas condições, e ainda menos se emancipar, senão unindo-se entre si e tornando-se mais fortes do que os patrões. Se conseguirem obter o que desejam, viverão melhor. Ganharão mais, trabalharão menos, terão mais tempo e força para refletir sobre as coisas que os interessam; e eles sentirão de repente desejos e necessidades maiores. Se não obtiverem êxito, serão levados a estudar as causas de seu fracasso e a reconhecer a necessidade de uma união maior, de maior energia; e compreenderão, enfim, que para vencer, segura e definitivamente, é preciso destruir o capitalismo. A causa da revolução, a causa da elevação moral dos trabalhadores e de sua emancipação só pode ganhar, visto que os operários unem-se e lutam por seus interesses.

Todavia, uma vez mais, é possível que os trabalhadores consigam, no estado atual em que as coisas se encontram, melhorar de fato suas condições? Isto depende do concurso de uma infinidade de circunstâncias. Apesar do que dizem alguns, não existe nenhuma lei natural (lei dos salários) que determine a parte que vai para o trabalhador sobre o produto de seu trabalho. Ou, se se quiser formular uma lei, ela não poderia ser senão a seguinte: o salário não pode descer *normalmente* abaixo do que é necessário à conservação da vida, e não pode *normalmente* se elevar a ponto de não dar mais nenhum lucro ao patrão. É óbvio que, no primeiro caso, os operários morreriam, e, assim, não receberiam mais salário; no segundo caso, os patrões deixariam de

fazer trabalhar e, em conseqüência, não pagariam mais nada. Mas entre estes dois extremos impossíveis, há uma infinidade de graus, que vão das condições quase animais de muitos trabalhadores agrícolas, até aquelas quase decentes dos operários, em boas profissões, nas grandes cidades.

O salário, a duração da jornada de trabalho e todas as outras condições de trabalho são o resultado das lutas entre patrões e operários. Os primeiros procuram pagar aos trabalhadores o mínimo possível e fazê-los trabalhar até o esgotamento completo; os outros se esforçam – ou deveriam se esforçar – em trabalhar o mínimo e ganhar o máximo possível. Onde os trabalhadores se contentam com qualquer coisa e, mesmo descontentes, não sabem opor resistência válida aos patrões, são em pouco tempo reduzidos à condição de vida quase animal. Ao contrário, onde eles têm uma elevada idéia do que deveriam ser as condições de existência dos seres humanos; onde sabem se unir e, pela recusa ao trabalho e pela ameaça latente ou explícita da revolta, impor que os patrões os respeitem, eles são tratados de maneira relativamente suportável. Assim, pode-se dizer que, em certa medida, o salário é o que o operário exige, não enquanto indivíduo, mas enquanto classe.

Lutando, portanto, resistindo aos patrões, os assalariados podem opor-se, até certo ponto, à agravação de sua situação, e, até mesmo, obter melhorias reais. A história do movimento operário já demonstrou esta verdade.

Não se deve, entretanto, exagerar o alcance destas lutas entre explorados e exploradores no terreno exclusivamente econômico. As

classes dirigentes podem ceder, e cedem amiúde, às exigências operárias expressadas com energia, enquanto não são muito grandes. Contudo, quando os assalariados começam – e é urgente que eles o façam – a reivindicar aumentos tais que absorveriam todo o lucro patronal e constituiriam, assim, uma expropriação indireta, é certo que os patrões apelariam ao governo e procurariam reconduzir os operários, pela violência, às condições de todos os escravos assalariados.

E antes, bem antes que os operários possam reivindicar receber em compensação ao seu trabalho o equivalente a tudo que produziram, a luta econômica se torna impotente para assegurar destino melhor.

Os operários produzem tudo, e sem seu trabalho não se pode viver. Parece, portanto, que recusando trabalhar, os trabalhadores poderiam impor todas as suas vontades. Mas a união de todos os trabalhadores, mesmo de uma única profissão, em um único país, e dificilmente realizável: à união dos operários se opõe a união dos patrões. Os primeiros vivem com o mínimo para sobreviver no dia a dia e, se fazem greve, falta-lhes o pão logo a seguir. Os outros dispõem, por meio do dinheiro, de tudo o que foi produzido; podem esperar que a fome reduza os assalariados à sua mercê. A invenção ou a introdução de novas máquinas torna inútil o trabalho de grande número de trabalhadores, aumentando o exército de desempregados, que a fome obriga a se venderem a qualquer preço. A imigração traz, de repente, nos países onde as condições são mais favoráveis, multidões de trabalhadores famintos que, bem ou mal, dão ao patronato o meio de reduzir os salários. E todos estes fatos, resultando necessariamente do sistema capitalista, conseguem contrabalançar o progresso que eles detêm e destroem. Desta forma, resta sempre este fato primordial segundo o qual

a produção no sistema capitalista está organizada por cada empregador para seu proveito pessoal, não para satisfazer as necessidades dos trabalhadores.

A desordem, o desperdício das forças humanas, a penúria organizada, os trabalhos nocivos e insalubres, o desemprego, o abandono das terras, a subutilização das máquinas etc, são tantos males que não se podem evitar senão retirando dos capitalistas os meios de produção, e, por via de consequência, a direção da produção.

Os operários que se esforçam em se emancipar, ou aqueles que de fato procuram melhorar suas condições, devem rapidamente se defender do governo, atacá-lo, pois ele legitima e sustenta, pela força brutal, o direito de propriedade, ele é obstáculo ao progresso, obstáculo que deve ser destruído se não se quiser permanecer indefinidamente nas atuais condições, ou em outras ainda piores.

Da luta econômica deve-se passar para a luta política, quer dizer, contra o governo. Ao invés de opor aos milhões dos capitalistas os poucos centavos reunidos penosamente pelos operários, é preciso opor aos fuzis e aos canhões que defendem a propriedade os melhores meios que o povo encontrar para vencer pela força.

4. *A luta política*

Por luta política entendemos a luta contra o governo. O governo é o *conjunto* dos indivíduos que detêm o poder de fazer a lei e de impô-la aos governados, isto é, ao público.

O governo é a conseqüência do espírito de dominação e de violência que homens impuseram a outros homens, e, ao mesmo tempo, é a criatura e o criador dos privilégios, e também seu defensor natural.

É falso dizer que o governo desempenha hoje o papel de protetor do capitalismo, e que este último tendo sido abolido, ele se tornaria o representante dos interesses de todos. Antes de mais nada, o capitalismo não será destruído enquanto os trabalhadores, tendo se livrado do governo, não tiverem se apoderado de toda a riqueza social e organizado, eles próprios, a produção e o consumo, no interesse de todos, sem esperar que a iniciativa venha do governo, que, de resto, é incapaz de fazê-lo.

Se a exploração capitalista fosse destruída, e o princípio governamental conservado, então, o governo, distribuindo todos os tipos de privilégios, não deixaria de restabelecer um novo capitalismo. Não podendo contentar todo mundo, o governo necessitaria de uma classe economicamente poderosa para sustentá-lo, em troca da produção legal e material que ela receberia dele.

Não se pode, portanto, abolir os privilégios e estabelecer de modo definitivo a liberdade e a igualdade social sem por fim ao Governo, não a este ou àquele governo, mas à própria instituição governamental.

Nisso, assim como em tudo o que concerne ao interesse geral, e mais ainda este último, é preciso o consentimento de todos. Eis porque

devemos nos esforçar em persuadir as pessoas de que o governo é inútil e nocivo, e de que se vive melhor sem ele. Mas, como já o dissemos, a propaganda sozinha é impotente para alcançar tudo isso; e se nos contentássemos em pregar contra o governo, esperando, de braços cruzados, o dia em que as pessoas estariam convencidas da possibilidade e da utilidade de abolir por completo toda espécie de governo, este dia nunca chegaria.

Denunciando sempre esta espécie de governo, exigindo sempre a liberdade integral, devemos favorecer todo combate por liberdades parciais, convictos de que é pela luta que se aprende a lutar. Começando a provar a liberdade, acaba-se por desejá-la inteiramente. Devemos sempre estar com o povo; e quando não conseguirmos fazer com que queira muito, devemos fazer com que, pelo menos, ele comece a exigir alguma coisa. E devemos nos esforçar a que aprenda a obter por si mesmo o que quer – pouco ou muito –, e a odiar e a desprezar quem quer que vá ou queira fazer parte do governo.

Visto que o governo detém, hoje, o poder de regular, por leis, a vida social, ampliar ou restringir a liberdade dos cidadãos, e visto que ainda não podemos arrancar-lhe esse poder, devemos procurar enfraquecê-lo e obrigá-lo a fazer uso dele o menos perigosamente possível. Mas, esta ação, devemos fazê-la sempre de fora e contra o governo, pela agitação na rua, ameaçando tomar pela força o que se exige. Jamais deveremos aceitar uma função legislativa, seja ela nacional ou local, pois, assim agindo, diminuiríamos a eficácia de nossa ação e trairíamos o futuro de nossa causa.

A luta contra o governo consiste, em última análise, em luta física e material.

O governo faz a lei. Deve, portanto, dispor de força material (exército e polícia) para impor a lei. De outra forma, obedeceria quem quisesse, e não existiria mais lei, mas uma simples proposição, que qualquer um seria livre para aceitar ou recusar. Os governos possuem esta força e servem-se dela para reforçar sua dominação, no interesse das classes privilegiadas, oprimindo e explorando os trabalhadores.

O único limite à opressão governamental é a força que o povo se mostra capaz de lhe opor. Pode haver conflito, aberto ou latente, mas sempre há conflito. Isso se dá porque o governo não para diante do descontentamento e da resistência populares senão quando sente o perigo de uma insurreição.

Quando o povo se submete docilmente à lei, ou o protesto permanece fraco e platônico, o governo se acomoda, sem se preocupar com as necessidades do povo. Quando o protesto é vivo, insiste e ameaça, o governo, segundo seu humor, cede ou reprime. Mas é preciso sempre chegar à insurreição, porque, se o governo não cede, o povo acaba por se rebelar; e, se ele cede, o povo adquire confiança em si mesmo e exige cada vez mais, até que a incompatibilidade entre a liberdade e a autoridade seja evidente e desencadeie o conflito.

É, portanto, necessário preparara-se moral e materialmente para que, quando a luta violenta eclodir, a vitória fique com o povo.

A insurreição vitoriosa é o fato mais eficaz para a emancipação popular, porque o povo, depois de ter destruído o jugo, torna-se livre para

se entregar às instituições que ele crê (sempre retardatária) e o nível de civismo que a massa da população alcançou, pode ser superada com um salto. A insurreição determina a revolução, isto é, a atividade rápida das forças latentes acumuladas durante a evolução precedente.

Tudo depende do que o povo é capaz de querer.

Nas insurreições passadas, o povo, inconsciente das verdadeiras causas de seus males, sempre quis bem pouco, e conseguiu bem pouco.

O que desejará nas próximas insurreições?

Isso depende em grande parte do valor de nossa propaganda e da energia que formos capazes de mostrar.

Devemos incitar o povo a expropriar os proprietários e a tornar comuns seus bens, organizar, ele próprio, a vida social, por associações livremente constituídas, sem esperar ordens de ninguém, recusar nomear ou reconhecer qualquer governo e qualquer corpo constituído (Assembléia, Ditadura, etc) que se atribuíssem, mesmo a título provisório, o direito de fazer a lei e impor aos outros sua vontade, pela força.

Se a massa popular não responde ao nosso apelo, deveremos, em nome do direito que temos de ser livres, mesmo se os outros desejarem permanecer escravos, para dar o exemplo, aplicar o máximo possível nossas idéias: não reconhecer o novo governo, manter viva a resistência, fazer com que as comunas, onde nossas idéias são recebidas com simpatia, rejeitem toda ingerência governamental e continuem a viver de seu modo.

Deveremos, sobretudo, nos opormos por todos os meios à reconstituição da polícia e do exército, e aproveitar toda ocasião propícia para incitar os trabalhadores a utilizar a falta de forças repressivas para impor o máximo de reivindicações.

Qualquer que seja o resultado da luta, é preciso continuar a combater, sem trégua, os proprietários, os governantes, tendo sempre em vista a completa emancipação econômica e moral de toda a humanidade.

5. Conclusão

Desejamos, portanto, abolir de forma radical a dominação e a exploração do homem pelo homem. Queremos que os homens, unidos fraternalmente por uma solidariedade consciente, cooperem de modo voluntário com o bem-estar de todos. Queremos que a sociedade seja constituída com o objetivo de fornecer a todos os meios de alcançar igual bem-estar possível, o maior desenvolvimento possível, moral e material. Desejamos para todos pão, liberdade, amor e saber.

Para isso, estimamos necessário que os meios de produção estejam à disposição de todos e que nenhum homem, ou grupo de homens, possa obrigar outros a obedecerem à sua vontade, nem exercer sua influência de outra forma senão pela argumentação e pelo exemplo.

Em conseqüência: expropriação dos detentores do solo e do capital em proveito de todos e abolição do governo.

Enquanto se espera: propaganda do ideal: organização das forças populares; combate contínuo, pacífico ou violento, segundo as circunstâncias, contra o governo e contra os proprietários, para conquistar o máximo possível de liberdade e de bem-estar para todos.

UM POUCO DE TEORIA

1892

Sopra um vento de revolta em todos os lugares. A revolta é aqui a expressão de uma idéia, lá o resultado de uma necessidade; com mais freqüência ela é a conseqüência de uma mistura de necessidades e de idéias que se engendram e se reforçam umas às outras. Ela se desencadeia contra a causa dos males ou a ataca de modo indireto, ela é consciente e instintiva, humana ou brutal, generosa ou muito egoísta, mas de qualquer modo, é a cada dia maior e se amplia incessantemente.

É a marcha da história. É, portanto, inútil perder tempo a lamentar quanto aos caminhos que ela escolheu, pois estes são traçados por toda a evolução anterior.

Mas a história é feita pelos homens. Tendo em vista que não queremos permanecer simples espectadores indiferentes à tragédia histórica, que queremos participar com todas as nossas forças das escolhas dos eventos que nos parecem mais favoráveis à nossa causa, é-nos preciso um critério que sirva de guia na apreciação dos fatos que

se desenrolam, sobretudo para poder escolher o posto que devemos ocupar na batalha.

O fim justifica os meios. Denegriu-se muito esta máxima: ela é, entretanto, uma regra universal de conduta. Seria melhor dizer: todo fim requer seus meios, visto que a moral deve ser buscada no objetivo, os meios são fatais.

Uma vez determinado o objetivo que se quer atingir, voluntária ou necessariamente, o grande problema da vida consiste em encontrar o meio que, segundo as circunstâncias, conduzirá de forma mais segura e econômica ao objetivo fixado. O modo como se resolve o problema – desde que isso dependa da vontade humana – determina que um homem ou um partido atinja ou não seu objetivo, sirva sua causa ou, sem querer, a do inimigo. Encontrar o bom meio, tal é o segredo dos grandes homens e dos grandes partidos que deixaram marcas na história.

O objetivo dos jesuítas é, para os místicos, a glória de Deus, para os outros a glória da Companhia. Eles se esforçam, portanto, em embrutecer as massas, aterrorizá-las e subjugar-las.

O objetivo dos jacobinos e de todos os partidos autoritários – que pensam estar de posse da verdade absoluta – é impor suas idéias à massa dos profanos. Eles devem, portanto, se esforçar para tomar o poder, dominar as massas e coagir a humanidade a sofrer as torturas de suas concepções.

Quanto a nós, o problema é diferente: nosso objetivo sendo muito distinto, nossos meios devem sê-lo da mesma forma.

Nós não lutamos para tomar o lugar dos exploradores, tampouco para o triunfo de uma abstração vazia. Nada temos de comum com o patriota italiano que dizia: “Que importa que todos os italianos morram de fome se a Itália se torna grande e gloriosa!”; tampouco com o camarada que reconhecia ser-lhe indiferente que se massacrassem três quartos da humanidade, desde que a humanidade fosse livre e feliz.

Nós desejamos a liberdade e o bem-estar de todos os homens, de todos os homens sem exceção. Queremos que cada ser humano possa se desenvolver e viver do modo mais feliz possível. E acreditamos que esta liberdade e este bem-estar não poderão ser dados nem por um homem, nem por um partido, mas todos deverão descobrir neles mesmos suas condições, e conquistá-las. Consideramos que somente a mais completa aplicação do princípio da solidariedade pode destruir a luta, a opressão e a exploração, e a solidariedade só pode nascer do livre acordo, da harmonização espontânea e desejada dos interessados.

Segundo nosso ponto de vista, tudo o que tende a destruir a opressão econômica e política, tudo o que serve para elevar o nível moral e intelectual dos homens, para lhes dar consciência de seus direitos e de suas forças, e para persuadi-los a fazer uso deles, tudo o que provoca o ódio contra o opressor e suscita o amor entre os homens, aproxima-nos de nosso objetivo e é, portanto, um bem, sujeito a um cálculo quantitativo a fim de obter, com uma dada força, o máximo de efeito positivo. Ao contrário, o mal consiste no que está em contradição com nosso objetivo, tudo o que tende a conservar o Estado atual, tudo o que tende a sacrificar, contra a sua vontade, um homem ao triunfo de um princípio.

Nós queremos o triunfo da liberdade e do amor.

Devemos, todavia, renunciar ao emprego de meios violentos? De forma alguma! Nossos meios são aqueles que as circunstâncias nos permitem e nos impõem.

Evidentemente, não queremos tocar sequer num fio de cabelo de alguém, enxugando as lágrimas de todos, sem fazer verter nenhuma. Mas é necessário combater no mundo tal como ele é, sob pena de permanecermos sonhadores estéreis.

Virá o dia, estamos intimamente persuadidos, em que será possível fazer o bem aos homens sem fazer o mal, nem a si mesmo, nem ao próximo; mas hoje é impossível. Mesmo o mais puro e o mais dócil dos mártires, aquele que se deixaria levar ao cadafalso pelo triunfo do bem, sem resistir, abençoando seus perseguidores como o Cristo da lenda, mesmo ele faria mal. Além do mal que ele faria a si mesmo, mas é assim, faria verter lágrimas amargas a todos aqueles que o amassem.

Trata-se, portanto, sempre, em cada ato, de escolher o menor mal, tentar fazer o mínimo de mal pela maior quantidade de bem possível.

A humanidade arrasta-se penosamente sob o peso da opressão política e econômica; ela é embrutecida, degenerada e morta (nem sempre de forma lenta) pela miséria, pela escravidão, pela ignorância e seus efeitos. Esta situação é mantida por poderosas organizações militares e policiais, que respondem pela prisão, pelo cadafalso e pelo massacre a toda tentativa de mudança. Não há meios pacíficos, legais, para sair desta situação. É natural, porque a lei é feita pelos privilegiados para defender expressamente seus privilégios. Contra a força física que

barra o caminho, não há outra saída para vencer senão a força física, a revolução violenta.

Sem nenhuma dúvida, a revolução produzirá numerosas infelicidades, muitos sofrimentos; mas, mesmo que ela produzisse cem vezes mais, seria uma bênção em relação a todas as dores hoje engendradas pela má formação da sociedade.

Sabe-se que numa única batalha morrem mais pessoas do que na mais sangrenta das revoluções; que milhões de crianças morrem anualmente muito cedo, por falta de cuidados; que milhões de proletários morrem a cada ano, prematuramente, em consequência da miséria. Conhece-se a vida raquítica, sem alegrias e sem esperanças que leva a maioria dos homens. Mesmo os mais ricos e os mais poderosos são menos felizes do que poderiam ser numa sociedade igualitária. Este estado de coisas perdura desde tempos imemoriais. Isto duraria, portanto, sem a revolução que combate resolutamente os males em suas raízes e pode colocar de uma vez por todas a humanidade no caminho de seu bem-estar.

Boas-vindas, portanto, à revolução: cada dia de atraso inflige à humanidade mais uma enorme massa de sofrimentos. Esforcemo-nos e trabalhemos para que ela chegue rapidamente e consiga acabar para sempre com todas as opressões e explorações.

É por amor aos homens que somos revolucionários: não é nossa culpa se a história nos obriga a esta dolorosa necessidade.

Portanto, para nós anarquistas, ou pelo menos (visto que as palavras são, em definitivo, convencionais) entre os anarquistas que

pensam como nós, todo ato de propaganda ou de realização, pelo discurso ou pelos fatos, individual ou coletivo, é bom se lhe assegura o apoio consciente das massas e lhe dá caráter de libertação universal; sem estes aspectos poderia ocorrer uma revolução, mas não a que desejamos. É principalmente no fato revolucionário que é preciso utilizar os meios econômicos, pois o gasto se dá em vidas humanas.

Conhecemos bem as condições materiais e morais dolorosas em que se encontra o proletariado para nos explicarmos os atos de ódio, de vingança, e até mesmo de ferocidade, que poderão ocorrer. Compreendemos que haverá oprimidos que – tendo sido sempre tratados pelos burgueses com a mais ignóbil dureza e tendo sempre visto que tudo é permitido para o mais forte – dirão um dia depois de se terem tornado os mais fortes: “Ajamos também como burgueses”. Compreendemos que isso possa ocorrer, na febre da batalha, em naturezas generosas, mas necessitadas de preparação moral – muito difícil de adquirir nos dias de hoje – que podem perder de vista o objetivo a ser alcançado, tomem a violência como um fim em si e se deixem levar por atos selvagens.

Uma coisa é compreender, outra coisa perdoar certos fatos, reivindicá-los, ser solidário com eles. Não podemos aceitar, encorajar e imitar tais atos. Devemos ser resolutos e enérgicos, mas devemos igualmente nos esforçar em nunca ultrapassar os limites necessários. Devemos fazer como o cirurgião que corta o que é preciso, evitando sofrimentos inúteis. Numa palavra, devemos ser inspirados e guiados pelo sentimento de amor pelos homens, todos os homens.

Parece-nos que este sentimento de amor é o fundo moral, a alma do nosso programa. Somente concebendo a revolução como a maior alegria humana, como libertação e fraternização dos homens – qualquer que haja sido a classe ou o partido aos quais eles pertencem – que nosso ideal poderá se realizar.

A rebelião brutal certamente aparecerá e poderá servir, também, para dar o grande empurrão, o último empurrão que deverá derrubar o sistema atual; mas se ela não encontra o contrapeso dos revolucionários que agem por um ideal, tal revolução devorará a si mesma.

O ódio não produz o amor, e com o ódio não se renova o mundo. A revolução pelo ódio seria um fracasso completo ou então engendraria uma nova opressão, que poderia se chamar até mesmo anarquista, assim como os homens de Estado atuais se dizem liberais, mas nem por isso deixaria de ser uma opressão e não deixaria de produzir os efeitos que toda a opressão causa.

O OBJETIVO DOS ANARQUISTAS

La Question Sociale, 1899

O que devemos fazer?

Tal é o problema que se nos apresenta, a nós e a todos aqueles que querem realizar e defender suas idéias, a todo o momento em sua vida militante.

Queremos abolir a propriedade individual e a autoridade, isto é, expropriar os proprietários da terra e do capital, derrubar o governo, e colocar à disposição de todos a riqueza social, a fim de que todos possam viver a seu modo, sem outros limites senão aqueles impostos pelas necessidades, livre e voluntariamente reconhecidas e aceitas. Em resumo, realizar o programa socialista-anarquista. *E estamos convencidos (a experiência cotidiana nos confirma) que se os proprietários e o governo dominam graças à força física, devemos, necessariamente, para vencê-los, recorrer à força física, à revolução violenta.* Somos, portanto, inimigos de todas as classes privilegiadas e de todos os governos, e adversários de todos aqueles que tendem, mesmo de boa fé, a enfraquecer as energias revolucionárias do povo e a substituir um governo por outro.

Mas o que devemos fazer para estar em condições de fazer nossa revolução, a revolução contra todo privilégio e toda autoridade, e triunfar?

A melhor tática seria fazer, sempre e em todos os lugares, propaganda de nossas idéias e desenvolver no proletariado, por todos os meios possíveis, o espírito de associação e de resistência, e suscitar cada vez maiores reivindicações; combater continuamente todos os partidos burgueses e todos os partidos autoritários, permanecendo indiferentes a suas querelas; *organizar-nos* com aqueles que estão convencidos ou se convencem de nossas idéias, adquirir os meios materiais necessários ao combate e, quando formos uma força suficiente

para vencer, lançarmo-nos sós, por nossa conta, para efetuar por completo nosso programa, mais exatamente, conquistar para cada um a liberdade total de experimentar, praticar e modificar pouco a pouco o modo de vida social que se acreditava ser o melhor.

Todavia, infelizmente, esta tática não pode ser aplicada de modo rigoroso e é incapaz de alcançar seu objetivo. A propaganda possui uma eficácia limitada, e em um setor absolutamente condicionado de forma moral e material para aceitar e compreender certo tipo de idéias. As palavras e os escritos são pouco poderosos enquanto uma transformação do meio não conduzir o povo à possibilidade de apreciar estas novas idéias. A eficácia das organizações operárias é igualmente limitada pelas mesmas razões que se opõem à extensão indefinida de nossa propaganda, e não somente por causa da situação econômica e moral que enfraquece ou neutraliza por completo os efeitos da tomada de consciência de certos trabalhadores.

Uma organização vasta e forte, na propaganda e na luta, encontra mil dificuldades: nós mesmos, a falta de meios, e principalmente a repressão governamental. Mesmo supondo que seja possível chegar, pela propaganda e pela *organização*, a fazer nossa revolução socialista-anarquista, há todos os dias situações políticas onde devemos intervir sob pena de perder vantagens para nossa propaganda e toda a influência sobre o povo, arriscar destruir o trabalho realizado e tornar mais difícil o futuro.

O problema é, portanto, encontrar o meio de determinar, na medida do possível, as mudanças de situação necessárias ao progresso de nossa propaganda e aproveitarmos as rivalidades entre os diferentes

partidos políticos, cada vez que a oportunidade se apresentar, sem renunciar a nenhum postulado de nosso programa, para facilitar e aproximar o triunfo.

Na Itália, por exemplo, a situação é tal que é impossível, a maior ou menor prazo (1899), que haja uma insurreição contra a monarquia. É certo que, por outro lado, o resultado disso não será o socialismo-anarquismo. Devemos tomar parte da preparação e da realização desta insurreição? Alguns camaradas pensam que não temos nenhum interesse em fazer parte de movimento que não tocará na propriedade privada e só servirá para mudar de governo, quer dizer, uma república, que não será menos burguesa que a monarquia.

Deixemos, dizem eles, os burgueses e os aspirantes ao poder “furarem-se mutuamente a pele” e continuemos nossa propaganda contra a propriedade e a autoridade.

Entretanto, a consequência de nossa recusa seria, em primeiro lugar, que, sem nós, a insurreição teria menos chances de triunfar. Assim, a monarquia ganharia, o que no momento em que a luta pela vida torna-se feroz, obstruiria o caminho à propaganda e a todo progresso. Além do mais, o caminho à propaganda e a todo progresso. Além do mais, estando ausentes do movimento, não teríamos nenhuma influência sobre os acontecimentos ulteriores, não poderíamos aproveitar as oportunidades que sempre se apresentariam num período de transição entre um regime e outro, cairíamos no descrédito como partido de ação e não poderíamos, durante muitos anos, fazer algo de importante.

Não se trata de deixar os burgueses lutarem entre si, porque numa insurreição a força é sempre dada pelo povo, e se não dividirmos com os combatentes os perigos e os sucessos tentando transformar o movimento político em revolução social, o povo servirá apenas de instrumento nas mãos ambiciosas dos aspirantes do poder.

Em compensação participando da insurreição (que não somos bastante fortes para nos lançarmos sozinhos) e agindo o máximo possível, ganharemos a simpatia do povo insurreto e poderemos fazer avançar as coisas o máximo possível.

Sabemos muito bem, e não cessamos de dizê-lo e de demonstrá-lo, que república e monarquia são idênticas e que todos os governos têm tendência a aumentar seu poder e a oprimir cada vez mais os governados. Mas também sabemos que quanto mais fraco é um governo, mais forte é a resistência do povo, maiores são a liberdade e a possibilidade de progresso. Contribuindo de modo eficaz para a queda da monarquia, poderíamos nos opor com maior ou menor eficácia à consolidação de uma república, poderíamos permanecer armados, recusar obedecer ao governo, e tentar expropriações e organizações anarquistas da sociedade. Poderíamos impedir que a revolução estancasse desde o início, e que as energias do povo, despertadas pela insurreição, adormecessem novamente. Tudo isso são coisas que não poderíamos fazer, por razões evidentes de psicologia, para poderíamos fazer, por razões evidentes de psicologia, para com o povo, intervindo depois da revolução e da vitória contra a monarquia, sem a nossa participação.

Levados por esses motivos, outros camaradas gostariam que parássemos provisoriamente a propaganda anarquista, para nos ocuparmos com o combate contra a monarquia e, após o triunfo da insurreição, recomeçarmos nosso trabalho específico de anarquistas. Eles não vêem que se nos confundíssemos com os republicanos faríamos o trabalho da futura república, desorganizando nossos grupos, semeando a confusão, sem poder impedir em seguida o reforço da república.

Entre estes dois erros, o caminho a seguir parece-nos o mais claro. Devemos nos posicionar com os republicanos, os social-democratas e todo partido antimonarquista para derrubar a monarquia. Mas devemos ser, enquanto anarquistas, pela anarquia, sem romper nossas forças nem confundi-las com a dos outros, sem fazer compromissos para além da cooperação na ação militar.

Somente assim, segundo nossa opinião, podemos obter, quando dos próximos acontecimentos, todas as vantagens de uma aliança com os outros partidos antimonarquistas, sem renunciarmos em nada ao nosso programa.

A ORGANIZAÇÃO DAS MASSAS OPERÁRIAS CONTRA O GOVERNO E OS PATRÕES

Agitazione d'Ancone, 1897.

Nós já o repetimos: sem organização, livre ou imposta, não pode existir sociedade; sem organização consciente e desejada, não pode haver nem liberdade, nem garantia de que os interesses daqueles que vivem em sociedade sejam respeitados. E quem não se organiza, quem não procura a cooperação dos outros e não oferece a sua, em condições de reciprocidade e de solidariedade, põe-se necessariamente em estado de inferioridade e permanece uma engrenagem inconsciente no mecanismo social que outros acionam a seu modo, e em sua vantagem.

Os trabalhadores são explorados e oprimidos porque, estando desorganizados em tudo que concerne à proteção de seus interesses, são coagidos, pela fome ou pela violência brutal, a fazer o que os dominadores, em proveito dos quais a sociedade atual está organizada, querem. Os trabalhadores se oferecem, eles próprios (enquanto soldado e capital), à força que os subjuga. Nunca poderão se emancipar enquanto não tiverem encontrado na união a força moral, a força econômica e a força física que são necessárias para abater a força organizada dos opressores.

Houve anarquistas, e ainda há, que, ainda que reconhecendo a necessidade de organização na sociedade futura e a necessidade de se organizarem agora para a propaganda e para a ação, são hostis a qualquer organização que não tenha por objetivo direto a anarquia e não siga os métodos anarquistas. E alguns se afastaram de todas as associações de resistência existentes, consideraram quase uma defecção tentar organizar novas associações.

Para essas camaradas, todas as forças, organizadas em um objetivo que não fosse radicalmente revolucionário, seriam, talvez, subtraídas à revolução. Acreditamos, ao contrário, e a experiência já nos mostrou isso muito bem, que seu método condenaria o movimento anarquista a uma perpétua esterilidade.

Para se fazer propaganda é preciso estar no meio das pessoas. É nas associações operárias que o trabalhador encontra seus camaradas e, em princípio, aqueles que estão mais dispostos a compreender e a aceitar nossas idéias. E mesmo que se quisesse fazer intensa propaganda fora das associações, isto não poderia ter efeito sensível sobre a massa operária. Excetuando um pequeno número de indivíduos mais instruídos e capazes de reflexões abstratas e de entusiasmos teóricos, o operário não pode chegar de uma só vez à anarquia. Para se tornar anarquista de modo sério, e não somente de nome, é preciso que comece a sentir a solidariedade que o une a seus camaradas, é preciso que aprenda a cooperar com os outros na defesa dos interesses comuns e que, lutando contra os patrões e capitalistas são parasitas inúteis e que os trabalhadores poderiam assumir a administração social. Quando compreende isso, o trabalhador é anarquista, mesmo que não carregue o nome.

Por outro lado, favorecer as organizações populares de todos os tipos é a conseqüência lógica de nossas idéias fundamentais e, assim, deveria fazer parte integrante de nosso programa.

Um partido autoritário, que visa controlar o povo para impor suas idéias, tem interesse em que o povo permaneça massa amorfa, incapaz de agir por si mesma e, conseqüentemente, sempre fácil de dominar. É

lógico, portanto, que só deseje um certo nível de organização, segundo a forma que ajude na tomada do poder: organização eleitoral se espera atingir seu objetivo pela via legal; organização militar se conta com a ação violenta.

Nós, anarquistas, não queremos *emancipar* o povo, queremos que o povo *se emancipe*. Nós não acreditamos no fato imposto, de cima, pela força; queremos que o novo modo de vida social saia das entranhas do povo e corresponda ao grau de desenvolvimento atingido pelos homens e possa progredir à medida que os homens avançam. Desejamos, portanto, que todos os interesses e todas as opiniões encontrem, em uma organização consciente, a possibilidade de se colocar em evidência e influenciar a vida coletiva, na proporção de sua importância.

Nós assumimos como objetivo lutar contra a atual organização social e destruir os obstáculos que se opõem à realização de uma nova sociedade, onde a liberdade e o bem-estar estarão assegurados a todos. Para perseguir este objetivo, unimo-nos em partido e procuramos nos tornar os mais numerosos e os mais fortes possível. Mas os outros também estão organizados em partido.

Se os trabalhadores permanecessem isolados como tantas unidades indiferentes umas das outras, ligadas a uma cadeia comum; se nós mesmos não estivéssemos organizados com os trabalhadores enquanto trabalhadores, não poderíamos apenas nos impor... E então não seria o triunfo da anarquia, mas o nosso. E não poderíamos mais dizermo-nos anarquistas, seríamos simples governantes, incapazes de fazer o bem, como todos os governantes.

Fala-se com freqüência de revolução e acredita-se por esta palavra resolver todas as dificuldades. Mas o que deve ser, o que pode ser essa revolução à qual aspiramos?

Abater os poderes constituídos e declarar extinto o direito de propriedade é desejável: um partido pode fazê-lo além de suas forças, conte com a simpatia das massas e com uma suficiente preparação da opinião pública.

Todavia, e depois? A via social não admite interrupções. Durante a revolução ou a insurreição, como queiram, e imediatamente após, é preciso comer, vestir, viajar, imprimir, tratar dos doentes etc, e estas coisas não se fazem por si mesmas. Hoje o governo e os capitalistas as organizam para delas tirar proveito; quando eles tiverem sido abatidos, será preciso que os próprios operários o façam em proveito de todos, senão verão surgir, sob um nome ou outro, novos governantes e novos capitalistas.

E como os operários poderiam prover as necessidades urgentes se eles não estão agora habituados a se reunir e a discutir, juntos, os interesses comuns, e ainda não estão prontos, de certo modo, a aceitar a herança da velha sociedade?

Numa cidade onde os cerealistas e os donos de padarias tiverem perdido seus direitos de propriedade e, por conseguinte, o interesse em abastecer o mercado, será preciso, a partir do dia seguinte, encontrar nas padarias o pão necessário à alimentação do público. Quem pensará nisso se os empregados das padarias já não estiverem associados e prontos a trabalhar sem os patrões, e se, esperando a revolução, eles

não tiverem pensado de antemão em calcular as necessidades da cidade e os meios de abastecê-la?

Todavia, nós não queremos dizer que para fazer a revolução seja preciso esperar que todos os operários estejam organizados. Seria impossível, tendo em vista as condições do proletariado, e felizmente não é necessário. Mas é preciso que pelo menos haja núcleos em torno dos quais as massas possam reagrupar-se rapidamente, tão logo elas sejam liberadas do peso que as oprime. Se é utopia querer fazer a revolução somente quando estivermos todos prontos e de acordo, é ainda mais utópico querer fazê-la sem nada e ninguém. É preciso uma medida em tudo. Enquanto esperamos, trabalhemos para que as forças conscientes e organizadas do proletariado cresçam tanto quanto seja possível. O resto virá por si só.

OS ANARQUISTAS E O SENTIMENTO MORAL

Le Réveil, Genebra, 05/11/1904.

O número daqueles que se dizem anarquistas é tão grande, hoje, e sob o nome de anarquia expõem-se doutrinas tão divergentes e contraditórias que estaríamos errados em nos surpreendermos quando o

público, de forma alguma familiarizado com nossas idéias, não podendo distinguir de imediato as grandes diferenças que se escondem sob a mesma palavra, permanece indiferente em relação à nossa propaganda e também ressentido uma certa desconfiança em relação a nós.

Não podemos, é óbvio, impedir os outros de se atribuírem o nome que eles escolhem. Quanto a nós mesmos reiniciarmos à denominação de anarquistas, isto de nada serviria, pois o público simplesmente acreditaria que teríamos virado a casaca.

Tudo o que podemos e devemos fazer é distinguirmo-nos sem dubiedade daqueles que têm uma concepção da anarquia diferente da nossa, e extraem desta mesma concepção teórica conseqüências práticas absolutamente opostas àquelas que extraímos. E a distinção deve resultar da exposição clara de nossas idéias, e da repetição franca e incessante de nossa opinião sobre todos os fatos que estão em contradição com nossas idéias e nossa moral, sem considerações por uma pessoa ou por um partido qualquer. Esta pretensa solidariedade de partido entre pessoas que não pertenciam ou não teriam podido pertencer ao mesmo partido, foi sem dúvida uma das causas principais da confusão.

Ora, chegamos a tal ponto que muitos exaltam nos camaradas as mesmas ações que censuram nos burgueses, e parece que seu único critério do bem ou do mal consiste em saber se o autor de tal ou qual ato se diz ou não anarquista. Um grande número de erros conduziu alguns a se contradizerem abertamente, na prática, com os princípios que professam em teoria, e outros a suportar tais contradições; assim também, um grande número de causas conduziram ao nosso meio,

peessoas que no fundo zombam do socialismo, da anarquia e de tudo o que ultrapassa os interesses de suas pessoas.

Não posso empreender aqui uma análise metódica e completa de todos estes erros, e também limitar-me-ei a tratar daqueles que mais me chocaram.

Falemos antes de mais nada da moral.

Não é raro encontrar anarquistas que *negam a moral*. Inicialmente é um simples modo de falar, para estabelecer que do ponto de vista teórico eles não admitem moral absoluta, eterna e imutável, e que, na prática, revoltam-se contra a moral burguesa, que sanciona a exploração das massas e golpeia todos os atos que lesam ou ameaçam os interesses dos privilegiados. Em seguida, pouco a pouco, como acontece em muitos casos, tomam a figura retórica como expressão exata da verdade. Esquecem que, na moral habitual, ao lado das regras inculcadas pelos padres e pelos patrões para assegurar mais substancial parte, sem as quais toda a coexistência social seria impossível; – eles esquecem que se revoltar contra toda regra imposta pela força não quer dizer em absoluto renunciar a toda reserva moral e a todo sentimento de obrigação para com os outros; – esquecem que para combater de modo racional certa moral, é preciso opor-lhe, em teoria e em prática, outra moral superior: e acabam algumas vezes, seu temperamento e as circunstâncias ajudando, por se tornarem *imorais* no sentido absoluto da palavra, isto é, homens sem regra de conduta, sem critério para guiar suas ações, que cedem passivamente ao impulso do momento. Hoje, privam-se de pão para socorrer um camarada; amanhã, matarão um homem para ir ao bordel!

A moral é a regra de conduta que cada homem considera como boa. Pode-se achar má a moral dominante de tal época, de tal país ou de tal sociedade, e achamos, com efeito, a moral burguesa mais do que má; mas não se poderia conceber uma sociedade sem qualquer moral, nem homem consciente que não tenha critério algum para julgar o que é bom e o que é mal, para si mesmo e para os outros.

Quando combatemos a sociedade atual, opomos a moral burguesa individualista, a moral da luta e da solidariedade, e procuramos estabelecer instituições que correspondam à nossa concepção das relações entre os homens. Se fosse de outra forma, por que não acharíamos correto que os burgueses explorem o povo?

Outra afirmação nociva, sincera em alguns, mas que, para outros, é apenas desculpa, é que o meio social atual não permite que se seja moral, e que, conseqüentemente, é inútil tentar esforços destinados a permanecerem sem sucesso; o melhor a fazer, é tirar das circunstâncias atuais o máximo possível para si mesmo sem se preocupar com o próximo, exceto a mudar de vida quando a organização social tiver também mudado. Certamente, todo anarquista, todo socialista compreende as fatalidades econômicas que, hoje, obrigam o homem a lutar contra o homem; e ele vê, como bom observador, a impotência da revolta pessoal contra a força preponderante do meio social. Mas é igualmente verdade que, sem a revolta do indivíduo, associando-se a outros indivíduos revoltados para resistir ao meio e procurar transformá-lo, este meio nunca mudará.

Somos, todos sem exceção, obrigados a viver, mais ou menos, em contradição com nossas idéias; mas somos socialistas e anarquistas

precisamente na medida em que sofremos esta contradição e que procuramos, tanto quanto possível, torná-la menor. No dia em que nos adaptássemos ao meio, não mais teríamos, é óbvio, vontade de transformá-lo, e nos tornaríamos simples burgueses; burgueses sem dinheiro, talvez, mas não menos burgueses nos atos e nas intenções.

RUMO À ANARQUIA

1910

É muito freqüente acreditar que pelo fato de dizermo-nos revolucionários, achamos que o advento da anarquia deva produzir-se de uma só vez, como consequência imediata de uma insurreição, que abateria de forma violenta tudo o que existe e o substituiria por instituições verdadeiramente novas. Para dizer a verdade, não faltam camaradas que assim concebem a revolução.

Este mal-entendido explica porque entre nossos adversários, muitos crêem, de boa fé, que a anarquia é uma coisa impossível; e isto também explica porque certos camaradas, vendo que a anarquia não pode medrar repentinamente, tendo em vista as condições morais atuais da massa, vivem entre um dogmatismo que os põe fora da vida real e um oportunismo que os faz quase esquecer que são anarquistas e, nesta qualidade, devem combater a favor da anarquia.

Ora, é certo que o triunfo da anarquia não pode ser efeito de um milagre, assim como não pode produzir-se a despeito de, e em contradição com a lei da evolução: que nada aconteça sem causa suficiente, que nada se possa fazer se faltar a força necessária.

Se quiséssemos substituir um governo por outro, isto é, impor nossa vontade aos outros, bastaria, para isto, adquirir a força material indispensável para abater os opressores e colocarmo-nos em seu lugar.

Mas, ao contrário, queremos a *Anarquia*, isto é, uma sociedade fundada sobre o livre e voluntário acordo, na qual ninguém possa impor sua vontade a outrem, onde todos possam fazer como bem entendem e concorrer voluntariamente para o bem-estar geral. Seu triunfo só será definitivo, universal, quando todos os homens não mais quiserem ser comandados nem comandar outras pessoas, e tiverem compreendido as vantagens da solidariedade para saber organizar um sistema social no qual não haverá mais marca de violência e de coação.

Por outro lado, assim como a consciência, a vontade, a capacidade, aumentam gradualmente e só podem encontrar oportunidade e meios de se desenvolverem na transformação gradual do meio e na realização das vontades à medida em que elas se formam e se tornam imperiosas; assim, também, a anarquia instaurar-se-á pouco a pouco, para se intensificar e se ampliar cada vez mais.

Não se trata, portanto, de chegar à anarquia hoje ou amanhã, ou em dez séculos, mas caminhar rumo a anarquia hoje, amanhã e sempre.

A anarquia é a abolição do roubo e da opressão do homem pelo homem, quer dizer, a abolição da propriedade individual e do governo; a

anarquia é a destruição da miséria, da superstição e do ódio. Portanto, cada golpe desferido nas instituições da propriedade individual e do governo, é um passo rumo à anarquia, assim como cada mentira desvelada, cada parcela de atividade humana subtraída ao controle da autoridade, cada esforço tendendo a elevar a consciência popular e a aumentar o espírito de solidariedade e de iniciativa, assim como a igualar as condições.

O problema reside no fato de saber escolher a via que de fato nos aproxima da realização de nosso ideal, e de não confundir os verdadeiros progressos com essas reformas hipócritas, que, a pretexto de melhorias imediatas, tendem a afastar o povo da luta contra a autoridade e o capitalismo, a paralisar sua ação e a deixá-lo esperar que algo possa ser obtido pela bondade dos patrões e dos governantes. O problema consiste em saber empregar o quinhão de forças que possuímos e que adquirimos de modo mais econômico e mais útil ao nosso objetivo.

Hoje, em todos os países há um governo que, pela força brutal, impõe a lei a todos, obriga-nos a nos deixar explorar e a manter, quer isto nos agrade ou não, as instituições existentes, a impedir que as minorias possam colocar em ação suas idéias e que a organização social, em geral, possa modificar-se segundo as variações da opinião pública. O curso regular, pacífico, da evolução parou pela violência, e é pela violência que será preciso abrir-lhe caminho. É por isso que queremos a revolução violenta, hoje, e a queremos sempre assim, pelo tempo que quiserem impor a alguém, pela força, uma coisa contrária à sua vontade. Suprimida a violência governamental, nossa violência não teria mais razão de ser.

Não podemos, no momento, destruir o governo existente, talvez não possamos, amanhã, impedir que sobre as ruínas do atual governo, um outro surja; mas isto não nos impede, hoje, assim como não nos impedirá, amanhã, de combater não importa que governo, recusando submetermo-nos à lei toda vez que isto nos for possível, e opor a força à força.

Toda vez que a autoridade é enfraquecida, toda vez que uma grande parcela de liberdade é conquistada e não mendigada, é um progresso rumo à anarquia. Da mesma forma, também é um progresso toda vez que consideramos o governo como um inimigo com o qual nunca se deve fazer trégua, depois de nos termos convencido que a diminuição dos males por ele engendrados só é possível pela redução de suas atribuições e de sua força, não pelo aumento do número dos governantes ou pelo fato de elegê-los pelos próprios governados. E por governo entendemos todo homem ou agrupamento de indivíduos, no Estado, nos Conselhos, na municipalidade ou na associação, que tenha o direito de fazer a lei ou de a impor àqueles a quem ela não agrada.

Não podemos, no momento, abolir a propriedade individual, não podemos neste instante dispor dos meios de produção necessários para trabalhar livremente; talvez ainda não possamos quando de um próximo movimento insurrecional; mas isto não nos impede, a partir de hoje, assim como não nos impedirá, amanhã, de combater continuamente o capitalismo. Toda a vitória, por menor que seja, dos trabalhadores contra o patronato, todo esforço contra a exploração, toda parcela de riqueza subtraída aos proprietários e posta à disposição de todos, será um progresso, um passo rumo à anarquia. Assim, também, será um progresso todo fato que tenda a aumentar as exigências dos operários e

a dar mais atividade à luta, todas as vezes que pudermos encarar o que tivermos ganhado, como uma vitória sobre o inimigo, não como uma concessão à qual deveríamos ser agradecidos, toda vez que afirmamos nossa vontade de tomar pela força, aos proprietários, os direitos que, protegidos pelo governo, subtraíram dos trabalhadores.

Uma vez desaparecido da sociedade humana o direito da força, os meios de produção colocados à disposição daqueles que querem produzir, o resto será resultado da evolução pacífica.

A anarquia ainda não estaria realizada ou só o estaria para aqueles que a desejam, e somente para as coisas em que o concurso dos não-anarquistas não é indispensável. Ela se ampliará, assim, ganhando pouco a pouco os homens e as coisas, até abraçar toda a humanidade e todas as manifestações da vida.

Uma vez desaparecido o governo, com todas as instituições nocivas que protege, uma vez conquistada a liberdade para todos assim como o direito aos instrumentos de trabalho, sem o qual a liberdade é uma mentira, só pensamos destruir as coisas à medida em que pudermos substituí-las por outras. Por exemplo: o serviço de abastecimento é mal feito na sociedade atual. Ele se efetua de modo anormal, com grande desperdício de forças e de material, e somente em vista dos interesses dos capitalistas; mas, em suma, de qualquer modo que se opere o consumo, seria absurdo querer desorganizar este serviço, se não estamos prontos a assegurar a alimentação do povo de uma forma mais lógica e eqüitativa.

Existe o serviço dos correios, temos mil críticas a fazer-lhe, mas, no momento, servimo-nos dele para enviar nossas cartas ou para recebê-las, suportemo-lo, portanto, enquanto não pudermos corrigi-lo.

Existem escolas, infelizmente muito ruins, entretanto não desejaríamos que nossos filhos permanecessem sem aprender a ler e a escrever, esperando que possamos organizar escolas-modelos suficientes para todos.

Vemos, portanto, que para instaurar a anarquia não basta ter a força material para fazer a revolução, mas é também preciso que os trabalhadores associados, segundo os diversos ramos de produção, estejam em condições de assegurar, por eles próprios, o funcionamento da vida social, sem o auxílio dos capitalistas e do governo.

Pode-se também constatar que as idéias anárquicas, longe de estarem em contradição com as leis da evolução estabelecidas pela ciência, como o garantem os socialistas científicos, são concepções que se adaptam perfeitamente a elas: é o sistema experimental, transportado do campo das pesquisas para o das realizações sociais.

A ORGANIZAÇÃO I

Agitazione de Ancone, 04/07/1897.

Há anos que muito se discute entre os anarquistas esta questão. E como freqüentemente acontece quando se discute com ardor à procura da verdade, acredita-se, em seguida, ter razão. Quando as discussões teóricas são apenas tentativas para justificar uma conduta inspirada por outros motivos, produz-se uma grande confusão de idéias e de palavras.

Lembraremos, de passagem, sobretudo para nos livrarmos delas, as simples questões de frases empregadas, que, às vezes, atingiram o cúmulo do ridículo, como por exemplo: “Não queremos a organização, mas a harmonização”, “Opomo-nos à associação, mas a admitimos”, “Não queremos secretário ou caixa, porque é um sinal de autoritarismo, mas encarregamos um camarada para se ocupar do correio e outro do dinheiro”; passemos a discussão séria.

Se não pudermos concordar, tratemos pelo menos de nos compreender.

Antes de mais nada, distingamos, visto que a questão é tripla: a organização em geral, como princípio e condição da vida social, hoje, e na sociedade futura; a organização das forças populares, e, em particular, a das massas operárias, para resistir ao governo e ao capitalismo.

A necessidade de organização na vida social – direi que organização e sociedade são quase sinônimos – é coisa tão evidente que mal se pode acreditar que pudesse ter sido negada.

Para nos darmos conta disso, é preciso lembrar que ela é a função específica, característica do movimento anarquista, e como homens e partidos estão sujeitos a se deixarem absorver pela questão que os

interessa mais diretamente, esquecendo tudo o que a ela se relaciona, dando mais importância à forma que ao conteúdo e, enfim, vendo as coisas somente de um lado, não distinguindo mais a justa noção da realidade.

O movimento anarquista começou como uma reação contra o autoritarismo dominante na sociedade, assim como todos os partidos e organizações operárias, e se acentuou com os adventos de todas as revoltas contra as tendências autoritárias e centralistas.

Era natural, em consequência, que inúmeros anarquistas estivessem como que hipnotizados por esta luta contra a autoridade e que eles combatem, para resistir à influência da educação autoritária, tanto a autoridade quanto a organização, da qual ela é a alma.

Na verdade, esta fixação chegou ao ponto de fazer sustentar coisas realmente incríveis. Combateu todo o tipo de cooperação e de acordo porque a associação é a antítese da anarquia. Afirma-se que sem acordos, sem obrigações recíprocas, cada um fazendo o que lhe passar pela cabeça, sem mesmo se informar sobre o que fazem os outros, tudo estaria espontaneamente em harmonia: que a anarquia significa que cada um deve bastar-se a si mesmo e fazer tudo que tem vontade, sem troca e sem trabalho em associação. Assim, as ferrovias poderiam funcionar muito bem sem organização, como acontecia na Inglaterra (!). O correio não seria necessário: alguém de Paris, que quisesse escrever uma carta a Petersburgo... Podia ele próprio levá-la (!!) etc.

Dir-se-á que são besteiras, que não vale a pena discuti-las. Sim, mas estas besteiras foram ditas, propagadas: foram autêntica das idéias

anarquistas. Servem sempre como armas de combate aos adversários, burgueses ou não, que querem conseguir uma fácil vitória sobre nós. E, também, estas “besteiras” não são sem valor, visto que são a consequência lógica de certas premissas e que podem servir como prova experimental da verdade, ou pelo menos dessas premissas.

Alguns indivíduos, de espírito limitado, mas providos de espírito lógico poderoso, quando aceitam premissas, extraem delas todas as consequências até que, por fim, e se a lógica assim o quer, chegam, sem se desconcertar, aos maiores absurdos, à negação dos fatos mais evidentes. Mas há outros indivíduos mais cultos e de espírito mais amplo que encontram sempre um meio de chegar a conclusões mais ou menos razoáveis, mesmo ao preço da violentação da lógica. Para eles, os erros teóricos têm pouca ou nenhuma influência na conduta prática. Mas, em suma, desde que não se haja renunciado a certos erros fundamentais, estamos sempre ameaçados por silogismos exagerados, e voltamos sempre ao começo.

O erro fundamental dos anarquistas adversários da organização é crer que não há possibilidade de organização sem autoridade. E uma vez admitida esta hipótese, preferem renunciar a toda organização, ao invés de aceitar o mínimo de autoridade.

Agora que a organização, quer dizer, a associação com um objetivo determinado e com as formas e os meios necessários para atingir este objetivo, é necessária à vida social, é uma evidência para nós. O homem isolado não pode sequer viver como um animal: ele é impotente (salvo em regiões tropicais, e quando a população é muito dispersa) e não pode obter sua alimentação; ele é incapaz, sem exceção,

de ter uma vida superior àquela dos animais. Conseqüentemente, é obrigado a se unir a outros homens, como a evolução anterior das espécies o mostra, e deve suportar a vontade dos outros (escravidão), impor sua vontade aos outros (autoritarismo), ou viver com os outros em fraternal acordo para o maior bem de todos (associação). Ninguém pode escapar dessa necessidade. Os antiorganizadores mais imoderados suportam não apenas a organização geral da sociedade em que vivem, mas também em seus atos, em sua revolta contra a organização, eles se unem, dividem a tarefa, *organizam-se* com aqueles que compartilham suas idéias, utilizando os meios que a sociedade coloca à sua disposição; com a condição de que estes sejam fatos reais e não vagas aspirações platônicas.

Anarquia significa *sociedade organizada sem autoridade*, compreendendo-se autoridade como a faculdade de *impor* sua vontade. Todavia, também significa o fato inevitável e benéfico que aquele que compreende melhor e sabe fazer uma coisa, consegue fazer aceitar mais facilmente sua opinião. Ele serve de guia, quanto a esta coisa, aos menos capazes que ele.

Segundo nossa opinião, a autoridade não é necessária à organização social, mais ainda, longe de ajudá-la, vive como parasita, incomoda a evolução e favorece uma dada classe que explora e oprime as outras. Enquanto há harmonia de interesses em uma coletividade, enquanto ninguém pode frustrar outras pessoas, não há sinal de autoridade. Ela aparece com a luta intestina, a divisão em vencedores e vencidos, os mais fortes confirmando a sua vitória.

Temos esta opinião e é por isso que somos anarquistas, caso contrário, afirmando que não pode existir organização sem autoridade, seremos autoritários. Mas ainda preferimos a autoridade que incomoda e desola a vida, à desorganização que a torna impossível.

De resto, o que seremos nos interessa muito pouco. Se é verdade que o maquinista e o chefe de serviço devem forçosamente ter autoridade, assim como os camaradas que fazem para todos um trabalho determinado, as pessoas sempre preferirão suportar sua autoridade a viajar a pé. Se o correio fosse apenas esta autoridade, todo homem são de espírito a aceitaria para não ter de levar, ele próprio, suas cartas. Se se recusa isto, a anarquia permanecerá o sonho de alguns e nunca se realizará.

A ORGANIZAÇÃO II

Agitazione de Ancone, 11/07/1897.

Estando admitida a existência de uma coletividade organizada sem autoridade, isto é, sem coerção, caso contrário, a anarquia não teria sentido, falemos da organização do partido anarquista.

Mesmo nesses casos, a organização nos parece útil e necessária. Se o partido, ou seja, o conjunto dos indivíduos que têm um objetivo em comum e se esforçam para alcançá-lo, é natural que se entendam, unam suas forças, compartilhem o trabalho e tomem todas as medidas adequadas para desempenhar esta tarefa. Permanecer isolado, agindo ou querendo agir cada um por sua conta, sem se entender com os outros, sem preparar-se, sem enfeixar as fracas forças dos isolados, significa condenar-se à fraqueza, desperdiçar sua energia em pequenos atos ineficazes, perder rapidamente a fé no objetivo e cair na completa inação.

Mas isto parece de tal forma evidente que, ao invés de fazer sua demonstração, responderemos aos argumentos dos adversários da organização.

Antes de mais nada, há uma objeção, por assim dizer, formal. “Mas de que partido nos falais? Dizem-nos, nem sequer somos um, não temos um programa”. Este paradoxo significa que as idéias progridem, evoluem continuamente, e que eles não podem aceitar um programa fixo, talvez válido hoje, mas que estará com certeza ultrapassado amanhã.

Seria perfeitamente justo se se tratasse de estudantes que procuram a verdade, sem se preocuparem com as aplicações práticas. Um matemático, um químico, um psicólogo, um sociólogo podem dizer que não há outro programa senão o de procurar a verdade: eles querem conhecer, mas sem *fazer* alguma coisa. Mas a anarquia e o socialismo não são ciências: são proposições, projetos que os anarquistas e os socialistas querem por em prática e que, conseqüentemente, precisam ser formulados como programas determinados. A ciência e a arte das

construções progridem a cada dia. Mas um engenheiro, que quer construir ou mesmo demolir, deve fazer seu plano, reunir seus meios de ação e agir como se a ciência e a arte tivessem parado no ponto em que as encontrou no início de seu trabalho. Pode acontecer, felizmente, que ele possa utilizar novas aquisições feitas durante seu trabalho sem renunciar à parte essencial de seu plano. Pode acontecer do mesmo modo que as novas descobertas e os novos meios industriais sejam tais que ele se veja na obrigação de abandonar tudo e recomeçar do zero. Mas ao recomeçar, precisará fazer novo plano, com base no conhecimento e na experiência; não poderá conceber e por-se a executar uma construção amorfa, com materiais *não produzidos*, a pretexto que amanhã a ciência poderia sugerir melhores formas e a indústria fornecer materiais de melhor composição.

Entendemos por partido anarquista o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por conseqüência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer. Deixamos de bom grado às suas elucubrações transcendentais os amadores da verdade absoluta e de progresso contínuo, que, jamais colocando suas idéias à prova, acabam por nada fazer ou descobrir.

A outra objeção é que a organização cria chefes, uma autoridade. Se isto é verdade, se é verdade que os anarquistas são incapazes de se reunirem e de entrarem em acordo entre si sem se submeter a um autoridade, isto quer dizer que ainda são muito pouco anarquistas. Antes de pensar em estabelecer a anarquia no mundo, devem pensar em se tornar capazes de viver como anarquistas. O remédio não está na organização, mas na consciência perfectível dos membros.

Evidentemente, se em uma organização, deixa-se a alguns todo o trabalho e todas as responsabilidades, se nos submetemos ao que fazem alguns indivíduos, sem por a mão na massa e procurar fazer melhor, esses “alguns” acabarão, mesmo que não queiram, substituindo a vontade da coletividade pela sua. Se em uma organização todos os membros não se interessam em pensar, em querer compreender, em pedir explicações sobre o que não compreendem, em exercer sobre tudo e sobre todos as suas faculdades críticas, deixando a alguns a responsabilidade de pensar por todos, esses “alguns” serão os chefes, as cabeças pensantes e dirigentes.

Todavia, repitamos, o remédio não está na ausência de organização. Ao contrário, nas pequenas como nas grandes sociedades, excetuando a força brutal, a qual não nos diz respeito no caso em questão, a origem e a justificativa da autoridade residem na desorganização social. Quando uma coletividade tem uma necessidade e seus membros não estão espontaneamente organizados para satisfazê-la, surge alguém, uma autoridade que satisfaz esta necessidade servindo-se das forças de todos e dirigindo-as à sua maneira. Se as ruas são pouco seguras e o povo não sabe se defender, surge uma polícia que, por uns poucos serviços que presta, faz com que a sustentem e a paguem, impõe-se a tirania. Se há necessidade de um produto e a coletividade não sabe se entender com os produtores longínquos para que eles enviem esse produto em troca por produtos da região, vem de fora o negociante que se aproveita da necessidade que possuem uns de vender e outros de comprar e impõe os preços que quer a produtores e consumidores.

Como vedes, tudo vem sempre de nós: quanto menos estávamos organizados, mais nos encontrávamos sob a dependência de certos indivíduos. E é normal que tivesse sido assim.

Precisamos estar relacionados com os camaradas das outras localidades, receber e dar notícias, mas não podemos todos nos correspondermos com todos os camaradas. Se estamos organizados, encarregamos alguns camaradas de manter a correspondência por nossa conta; trocamos-os se eles não nos satisfazem, e podemos estar informados sem depender da boa vontade de alguns para obter uma informação. Se, ao contrário, estamos desorganizados, haverá alguém que terá os meios e a vontade de corresponder; ele concentrará em suas mãos todos os contatos, comunicará as notícias como bem quiser, a quem quiser. E se tiver atividade e inteligência suficientes, conseguirá, sem nosso conhecimento, dar ao movimento a direção que quiser, sem que nos reste a nós, a massa do partido, nenhum meio de controle, sem que ninguém tenha o direito de se queixar, visto que este indivíduo age por sua conta, sem mandato de ninguém e sem ter que prestar contas a ninguém de sua conduta.

Precisamos de um jornal. Se estamos organizados, podemos reunir os meios para fundá-lo e fazê-lo viver, encarregar alguns camaradas de redigi-lo e controlar sua direção. Os redatores do jornal lhe darão, sem dúvida, de modo mais ou menos claro, a marca de sua personalidade, mas serão sempre pessoas que teremos escolhido e que poderemos substituir. Se, ao contrário, estamos desorganizados, alguém que tenha suficiente espírito de empreendimento fará o jornal por sua própria conta: encontrará entre nós os correspondentes, os distribuidores, os assinantes, e fará com que sirvamos seus desígnios, sem que saibamos

ou queiramos. E nós, como muitas vezes aconteceu, aceitaremos ou apoiaremos este jornal, mesmo que não nos agrade, mesmo que tenhamos a opinião de que é nocivo à Causa, porque seremos incapazes de fazer um que melhor represente nossas idéias.

Desta forma, a organização, longe de criar a autoridade, é o único remédio contra ela e o único meio para que cada um de nós se habitue a tomar parte ativa e consciente no trabalho coletivo, e deixe de ser instrumento passivo nas mãos dos chefes.

Se não fizer nada e houver inação, então, certamente, não haverá nem chefe, nem rebanho; nem comandante, nem comandados, mas, neste caso, a propaganda, o partido, e até mesmo a discussão sobre a organização, cessarão, o que, esperamos, não é o ideal de ninguém...

Contudo, uma organização, diz-se supõe a obrigação de coordenar sua própria ação e a dos outros, portanto, violar a liberdade, suprimir a iniciativa. Parece-nos que o que realmente suprime a liberdade e torna impossível a iniciativa é o isolamento que produz a impotência. A liberdade não é direito abstrato, mas a possibilidade de fazer algo. Isto é verdade para nós como para a sociedade em geral. É na cooperação dos outros que o homem encontra o meio de exercer sua atividade, seu poder de iniciativa.

Evidentemente, organização significa coordenação de forças com um objetivo comum, e obrigação de não promover ações contrárias a este objetivo. Mas quando se trata de organização voluntária, quando aqueles que dela fazem parte têm de fato o mesmo objetivo e são partidários dos mesmos meios, a obrigação recíproca que a todos engaja

obtém êxito em proveito de todos. Se alguém renuncia a uma de suas idéias pessoais por consideração à união, isto significa que acha mais vantajoso renunciar a uma idéia, que, por sinal, não poderia realizar sozinho, do que se privar da cooperação dos outros no que acredita ser de maior importância.

Se, em seguida, um indivíduo vê que ninguém, nas organizações existentes, aceita suas idéias e seus métodos naquilo que têm de essencial, e que em nenhuma organização pode desenvolver sua personalidade como deseja, então estará certo em permanecer de fora. Mas, se não quiser permanecer inativo e impotente, deverá procurar outros indivíduos que pensem como ele, e tornar-se iniciador de uma nova organização.

Uma outra objeção, a última que abordaremos, é que, estando organizados, estamos mais expostos à repressão governamental.

Parece-nos, ao contrário, que quanto mais unidos estamos, mais eficazmente nos podemos defender. Na realidade, cada vez que a repressão nos surpreendeu enquanto estávamos desorganizados, colocou-nos em debandada total e aniquilou nosso trabalho precedente. Quando estávamos organizados, ela nos fez mais bem do que mal. Assim também no que concerne ao interesse pessoal dos indivíduos: por exemplo, nas últimas repressões, os isolados foram tanto e talvez mais gravemente atingidos do que os organizados. É o caso, organizados ou não, dos indivíduos que fazem propaganda individual. Para aqueles que nada fazem e ocultam suas convicções, o perigo é certamente mínimo, mas a utilidade que oferecem à Causa também o é.

O único resultado, do ponto de vista da repressão, que se obtém por estar desorganizado é autorizar o governo a nos recusar o direito de associação e tornar possível monstruosos processos por associação delituosa. O governo não agiria dessa forma em relação às pessoas que afirmam de modo altivo e público, o direito e o fato de estarem associados e, se ousasse fazê-lo, isto se voltaria contra ele e em nosso proveito.

De resto, é natural que a organização assuma as formas que as circunstâncias aconselham e impõem. O importante não é tanto a organização formal, mas o espírito de organização. Podem acontecer casos, durante o furor da reação, em que seja útil suspender toda correspondência, cessar todas as reuniões: será sempre um mal, mas se a vontade de estar organizado subsiste, se o espírito de associação permanece vivo, se o período precedente de atividade coordenada multiplicou as relações pessoais, produziu sólidas amizades e criou um real acordo de idéias de conduta entre os camaradas, então o trabalho dos indivíduos, mesmo isolados, participará do objetivo comum. E encontrar-se-á rapidamente o meio de nos reunirmos de novo e repararmos os danos sofridos.

Somos como um exército em guerra e podemos, segundo o terreno e as medidas tomadas pelo inimigo, combater em massa ou em ordem dispersa: o essencial é que nos consideremos sempre membros do mesmo exército, que obedeçamos todos às mesmas idéias diretrizes e que estejamos sempre prontos a nos reunirmos em colunas compactas quando for necessário e quando se puder fazer algo.

Tudo o que dissemos se dirige aos camaradas que são de fato adversários do princípio da organização. Àqueles que combatem a organização, somente porque não querem nela entrar, ou não são aceitos, ou não simpatizam com os indivíduos que dela fazem parte, dizemos: façam com aqueles que estão de acordo com vocês outra organização. É verdade, gostaríamos de poder estar, todos nós, de acordo, e reunir em um único feixe poderoso todas as forças do anarquismo. Mas não acreditamos na solidez das organizações feitas à força de concessões e de restrições, onde não há entre os membros simpatia e concordância real. É melhor estarmos desunidos que mal unidos. Mas gostaríamos que cada um se unisse com seus amigos e que não houvessem forças isoladas, forças perdidas.

ANARQUIA E ORGANIZAÇÃO

1927

Um opúsculo francês intitulado: “Plataforma de organização da União geral dos Anarquistas (Projeto)” caiu-me nas mãos por acaso. (Sabe-se que hoje os escritos não fascistas não circulam na Itália.)

É um projeto de organização anárquico, publicado sob o nome de um “Grupo de anarquistas russos no estrangeiro” e que parece mais especialmente dirigido aos camaradas russos. Mas trata de questões que

interessam a todos os anarquistas e, além do mais, é evidente que procura a adesão dos camaradas de todos os países, inclusive pelo fato de ser escrito em francês. De qualquer forma, é útil examinar, pelos russos assim como por todos, se o projeto em questão está em harmonia com os princípios anarquistas e se sua realização serviria realmente à causa do anarquismo. Os objetivos dos promotores são excelentes. Eles lamentam que os anarquistas não tenham tido e não tenham, sobre os eventos da política social, influência proporcional ao valor teórico e prático de sua doutrina, assim como a seu número, à sua coragem, a seu espírito de sacrifício, e pensam que a primeira razão deste insucesso relativo é a falta de uma organização vasta, séria, efetiva.

Até aqui, em princípio, estou de acordo.

A organização outra coisa não é senão a prática da cooperação e da solidariedade, é a condição natural, necessária, da vida social, é um fato inelutável que se impõe a todos, tanto na sociedade humana em geral quanto em todo grupo de pessoas que tenha um objetivo comum a alcançar.

O homem não quer e não pode viver isolado, não pode sequer tornar-se verdadeiramente homem e satisfazer suas necessidades materiais e morais senão em sociedade e com a cooperação de seus semelhantes. É, portanto, fatal que todos aqueles que não se organizam livremente, seja por não poderem, seja por não sentirem a imperativa necessidade, tenham de suportar a organização estabelecida por outros indivíduos ordinariamente constituídos em classes ou grupos dirigentes, com o objetivo de explorar em sua própria vantagem o trabalho alheio.

A opressão milenar das massas por um pequeno número de privilegiados sempre foi a consequência da incapacidade da maioria dos indivíduos em se entender, em se organizar sobre a base da comunidade de interesses e de sentimentos com outros trabalhadores para produzir, para usufruir e para, eventualmente, defender-se dos exploradores e opressores. O anarquismo vem remediar este estado de coisas com seu princípio fundamental de livre organização, criada e mantida pela livre vontade dos associados sem nenhuma espécie de autoridade, isto é, sem que nenhum indivíduo tenha o direito de impor aos outros sua própria vontade. É natural, portanto, que os anarquistas procurem aplicar à sua vida privada e à vida de seu partido este mesmo princípio sobre o qual, segundo eles, deveria estar fundamentada toda a sociedade humana.

Certas polêmicas deixariam supor que há anarquistas refratários a toda organização; mas, na realidade, as numerosas, muito numerosas discussões que mantemos sobre esse assunto, mesmo quando são obscurecidas por questões de semântica ou envenenadas por questões pessoais, só concernem, no fundo, ao modo e não ao princípio de organização. Assim é que camaradas, os mais opostos, em palavras, à organização, organizam-se como os outros e amiúde melhor do que os outros, quando querem fazer algo com seriedade. A questão, eu repito, está toda na aplicação.

Eu deveria ver com simpatia a iniciativa destes camaradas russos, convicto como estou de que uma organização mais geral, melhor formada, mais constante do que aquelas que foram até aqui realizadas pelos anarquistas, mesmo que não conseguisse eliminar todos os erros, todas as insuficiências, talvez inevitáveis num movimento que, como o

nosso, antecipa-se ao tempo e que, por isso, debate-se contra a incompreensão, a indiferença e freqüentemente a hostilidade da grande maioria, seria pelo menos, com toda certeza, um importante elemento de força e de sucesso, um poderoso meio de fazer valer nossas idéias.

Creio ser necessário e urgente que os anarquistas se organizem, para influir sobre a marcha que as massas impõem em sua luta pelas melhorias e pela emancipação. Hoje, a maior força de transformação social é o movimento operário (movimento sindical) e de sua direção depende, em grande parte, o curso que tomarão os eventos e o objetivo a que chegará a próxima revolução. Por suas organizações, fundadas para a defesa de seus interesses, os trabalhadores adquirem a consciência da opressão sob a qual se curvam e do antagonismo que os separa de seus patrões, começam a aspirar a uma vida superior, habitam-se à vida coletiva e à solidariedade, e podem conseguir conquistar todas as melhorias compatíveis com o regime capitalista e estatista. Em seguida, é a revolução ou a reação.

Os anarquistas devem reconhecer a utilidade e a importância do movimento sindical, devem favorecer seu desenvolvimento e fazer dele uma das alavancas de sua ação, esforçando-se em fazer prosseguir a cooperação do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução do sindicalismo e das outras forças do progresso numa revolução social que comporte a supressão das classes, a liberdade total, a igualdade, a paz e a solidariedade entre todos os seres humanos. Mas seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos o fazem, que o movimento operário resultará por si mesmo, em virtude de sua própria natureza, em tal revolução. Bem ao contrário: em todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos (e não pode

estabelecer-se sobre outros fundamentos um vasto movimento operário), é preciso o fermento, o empurrão, a obra combinada dos homens de idéias que combatem e se sacrificam com vistas a um futuro ideal. Sem esta alavanca, todo movimento tende fatalmente a se adaptar às circunstâncias, engendra o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter melhores condições. Freqüentemente, novas classes privilegiadas são criadas, esforçando-se por fazer tolerado, por consolidar o estado de coisas que desejaria abater.

Daí a urgente necessidade de organização propriamente anarquista que, tanto dentro como fora dos sindicatos, lutam pela realização integral do anarquismo e procuram esterilizar todos os germes da corrupção e da reação.

Todavia, é evidente que para alcançar seu objetivo as organizações anarquistas devem, em sua constituição e em seu funcionamento, estar em harmonia com os princípios da anarquia. É preciso, portanto, que não estejam em nada impregnadas de espírito autoritário, que saibam conciliar a livre ação dos indivíduos com a necessidade e o prazer da cooperação, que sirvam para desenvolver a consciência e a capacidade de iniciativa de seus membros e sejam um processo educativo no meio em que operam e uma preparação moral e material ao futuro desejado.

O projeto em questão responde a estas exigências? Creio que não. Acho que, ao invés de fazer nascer entre os anarquistas um desejo maior de se organizar, ele parece feito para confirmar o preconceito de muitos camaradas que pensam que se organizar é submeter-se a chefes, aderir

a um organismo autoritário, centralizador, sufocando toda livre iniciativa. Com efeito, nesses estatutos, são precisamente expressas as proposições que alguns, contra a evidência e apesar de nossos protestos, obstinam-se em atribuir a todos os anarquistas qualificados de organizadores.

Examinemos:

Inicialmente, parece-me que é uma idéia falsa (e em todo o caso irrealizável) reunir todos os anarquistas numa “União Geral”, isto é, assim como o precisa o Projeto, em *uma única* coletividade revolucionária ativa.

Nós, anarquistas, podemos nos dizer todos do mesmo partido se, pela palavra partido, compreende-se o conjunto de todos aqueles que estão *de um mesmo lado*, que possuem as mesmas aspirações gerais que, de uma ou de outra maneira, lutam com o mesmo objetivo contra adversários e inimigos comuns. Mas isto não quer dizer que seja possível – e talvez não seja desejável – reunirmo-nos todos em uma mesma associação determinada.

Os meios e as condições de luta diferem muito, os modos possíveis de ação que dividem a preferência de uns e dos outros são muito numerosos, e muito numerosas também as diferenças de temperamento e as incompatibilidades pessoas para que uma União Geral, realizada de modo sério, não se torne um obstáculo às atividades

individuais, talvez mesmo uma causa das mais árduas lutas intestinas, ao invés de um meio para coordenar e totalizar os esforços de todos.

Como, por exemplo, poder-se-ia organizar, da mesma maneira e com o mesmo pessoal, uma associação pública para a propaganda e para a agitação no seio das massas e uma sociedade secreta, obrigada pelas condições políticas, onde opera, a esconder do inimigo seus objetivos, seus meios, seus agentes? Como a mesma tática poderia ser adotada pelos *educacionistas* persuadidos de que basta a propaganda e o exemplo de alguns para transformar gradualmente os indivíduos e, portanto, a sociedade, e os *revolucionários* convictos da necessidade de destruir pela violência um estado de coisas que só se sustenta pela violência, e criar, contra a violência dos opressores, as condições necessárias ao livre exercício da propaganda e à aplicação prática das conquistas particulares, não se amam e não se estimam, e, entretanto, podem ser igualmente bons e úteis militantes do anarquismo?

Por outro lado, o autores do Projeto declaram inepta a idéia de criar uma organização que reúna os representantes das diversas tendências do anarquismo. Uma tal organização, dizem, “incorporando elementos teóricos e praticamente heterogêneos, outra coisa não seria senão um aglomerado mecânico de indivíduos que têm concepção diferente de todas as questões concernentes ao movimento anarquista; ela se desagregaria, com certeza, logo após ser colocada à prova dos fatos e da vida real”.

Muito bem. Mas então, se eles reconhecem a existência dos anarquistas e das outras tendências, deverão deixar-lhes o direito de se organizar, por sua vez, e trabalhar pela anarquia de modo que

acreditarem ser o melhor. Ou eles têm a intenção de expulsar do anarquismo, excomungar todos aqueles que não aceitam seu programa? Eles dizem desejar reagrupar numa única organização todos os *elementos sãos* do movimento libertário, e, naturalmente, terão tendência a julgar *sãos* somente aqueles que pensam como eles. Mas o que farão com os elementos *doentes*?

Certamente há, entre aqueles que se dizem anarquistas, como em toda coletividade humana, elementos de diferentes valores e, pior ainda, há quem faça circular em nome do anarquismo idéias que só tem com ele duvidosas afinidades. Mas como evitar isso? A *verdade anarquista* não pode e não deve tornar-se monopólio de um indivíduo ou de um comitê. Ela não pode depender das decisões de maiorias reais ou fictícias. É necessário somente – e isso seria suficiente – que todos tenham e exerçam o mais amplo direito de livre crítica, e cada um possa sustentar suas próprias idéias e escolher seus próprios companheiros. Os fatos julgarão, em última instância, e darão razão a quem a tem.

Abandonemos, portanto, a idéia de reunir todos os anarquistas em uma única organização; consideremos esta “União Geral” que nos propõem os russos com o que ela seria na realidade: a união de certo número de anarquistas, e vejamos se o modo de organização proposto está conforme aos princípios e métodos anarquistas, e se ele pode ajudar no triunfo do anarquismo. Mais uma vez, parece-me que não. Não

ponho em dúvida o anarquismo sincero desses camaradas russos; eles querem realizar o comunismo anarquista e procuram a maneira de chegar a ele o mais rápido possível. Mas não basta desejar uma coisa, é preciso ainda empregar os meios oportunos para obtê-la, assim como para ir a um lugar é preciso tomar o caminho que a ele conduz, sob pena de chegar a outro lado. Ora, sendo a organização proposta inteiramente do tipo autoritário, não somente não facilitaria o triunfo do comunismo anarquista, mas ainda falsificaria o espírito anarquista e teria resultados contrários àqueles que seus organizadores esperam.

Com efeito, esta “União Geral” consistiria em tantas organizações parciais que haveria *secretariados* para dirigir *ideologicamente* a obra política e técnica, e haveria um *Comitê Executivo da União* encarregado de executar as decisões tomadas pela União, “dirigir a ideologia e a organização dos grupos em conformidade com a ideologia e com a linha de tática geral da União”.

Isso é anarquismo? É, na minha opinião, um governo e uma igreja. Faltam-lhe, é verdade, a polícia e as baionetas, assim como faltam os fiéis dispostos a aceitar a ideologia ditada de cima, mas isso significa apenas que esse governo seria um governo impotente e impossível, e que esta igreja seria fonte de cismas e heresias. O espírito, a tendência, permanecem autoritários, e o efeito educativo sempre seria antianarquista.

Escutai o que se segue: “O órgão executivo do movimento libertário geral – a União anarquista – adota o princípio da responsabilidade coletiva; toda a União será responsável pela atividade revolucionária e

política de cada um de seus membros, e cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política da União”.

Depois dessa negação absoluta de qualquer independência individual, de toda liberdade de iniciativa e de ação, os promotores, lembrando-se serem anarquistas, dizem-se federalistas, e gritam contra a centralização cujos resultados inevitáveis são, segundo dizem, a subjugação e a mecanização da vida social e da vida dos partidos.

Mas se a União é responsável do que faz cada um de seus membros, como deixar a cada membro em particular e aos diferentes grupos a liberdade de aplicar o programa comum do modo que eles julgarem melhor? Como se pode ser responsável por um ato se não se possui a faculdade de impedi-lo? Conseqüentemente, a União, e por ela o Comitê Executivo, deveria vigiar a ação de todos os membros em particular, e prescrever-lhes o que devem ou não fazer, e como a condenação do fato consumado não atenua a responsabilidade formalmente aceita de antemão, ninguém poderia fazer o que quer que fosse antes de ter obtido a aprovação, a permissão do Comitê. E, por outro lado, pode um indivíduo aceitar a responsabilidade dos atos de uma coletividade antes de saber o que fará ela? Como pode impedi-la de fazer o que ele desaprova?

Além disso, os autores do Projeto dizem que a União quer e dispõe. Mas quando se diz vontade da União, entende-se vontade de todos os seus membros? Neste caso, para que a União possa agir seria preciso que todos os seus membros, em todas as questões, tenham sempre exatamente a mesma opinião. Ora, é natural que todos estejam de acordo quanto aos princípios gerais e fundamentais, sem o que não

estariam unidos, mas não se pode supor que seres pensantes sejam todos e sempre da mesma opinião sobre o que convém fazer em todas as circunstâncias, e sobre a escolha das pessoas a quem confiar a tarefa de executar e dirigir.

Na realidade, assim como resulta do próprio texto do Projeto – por vontade da União só se pode entender a vontade da maioria, vontade expressada por Congressos que nomeiam e controlam o Comitê Executivo e decidem sobre todas as questões importantes. Os Congressos, naturalmente, seriam compostos por representantes eleitos por maioria em cada grupo aderente, e esses representantes decidiriam o que deveria ser feito, sempre pela maioria dos votos. Desta forma, na melhor hipótese, as decisões seriam tomadas por uma maioria da maioria, que poderia muito bem, particularmente quando as opiniões em oposição fossem mais de duas, não representar mais do que uma minoria.

Deve-se, com efeito, observar que, nas condições em que vivem e lutam os anarquistas, seus Congressos são ainda menos representativos do que os Parlamentos burgueses, e seu controle sobre os órgãos executivos, se estes possuem um poder autoritário, raramente se manifesta a tempo e de maneira eficaz. Aos Congressos anarquistas, na prática, vai quem quer e pode, quem tem ou consegue o dinheiro necessário e não é impedido por medidas policiais. Há, nesses Congressos, tantos daqueles que só representam eles mesmos, ou a pequeno número de amigos, quantos daqueles que representam, de fato, as opiniões e os desejos de uma coletividade numerosa. Salvo as precauções a serem tomadas contra os traidores e espiões, e também

por causa dessas mesmas precauções necessárias, é impossível uma séria verificação dos mandatos e de seu valor.

De qualquer modo, estamos em pleno sistema majoritário, em pleno parlamentarismo.

Sabe-se que os anarquistas não admitem o governo da maioria (*democracia*), assim como também não admitem o governo de um pequeno número (*aristocracia, oligarquia, ditadura de classe ou de partido*), nem o de um único (*autocracia, monarquia ou ditadura pessoal*).

Os anarquistas fizeram mil vezes a crítica do governo dito de maioria, o que, na aplicação prática sempre conduz ao domínio de uma pequena minoria. Será preciso que eles a refaçam para o uso de nossos camaradas russos?

É verdade, os anarquistas reconhecem que, na vida em comum, é com freqüência necessário que a minoria se conforme com a opinião da maioria. Quando há necessidade ou utilidade evidente de fazer uma coisa e, para fazê-la, é necessário o concurso de todos, a minoria deve sentir a necessidade de se adaptar à vontade da maioria. Por sinal, em geral, para viver juntos, em paz e sob um regime de igualdade, é necessário que todos estejam animados de espírito de concórdia, de tolerância, de flexibilidade. Todavia, esta adaptação, de parte dos associados à outra parte, deve ser recíproca, voluntária, derivar da consciência da necessidade e da vontade de cada um em não paralisar a vida social, por sua obstinação. Ela não deve ser imposta como princípio e como regra estatutária. É um ideal que, talvez, na prática da vida social geral, será difícil realizar de modo absoluto, mas é certo que todo

agrupamento humano é tanto mais vizinho da anarquia quando a concordância entre a minoria e a maioria é mais livre, mais espontânea, imposta somente pela natureza das coisas.

Assim, se os anarquistas negam, à maioria, o direito de governar a sociedade humana geral, onde o indivíduo é, todavia, obrigado a aceitar certas restrições, visto que não pode isolar-se sem renunciar às condições da vida humana, se querem que tudo se faça pelo livre acordo entre todos, como é possível que adotem o governo da maioria em suas associações essencialmente livres e voluntárias e que comecem por declarar que se submetem às decisões da maioria, antes mesmo de saber quais elas serão?

Que a anarquia, a livre organização sem domínio da maioria sobre a minoria, e vice-versa, seja qualificada, por aqueles que não são anarquistas, de utopia irrealizável, ou somente realizável em um futuro longínquo, isto se compreende; mas é inconcebível que aqueles que professam idéias anarquistas e desejariam realizar a anarquia, ou, pelo menos, aproximar-se dela, seriamente, hoje, ao invés de amanhã, reneguem os princípios fundamentais do anarquismo na própria organização pela qual eles se propõem combater pelo seu triunfo.

Uma organização anarquista deve, na minha opinião, ser estabelecida sobre bases diferentes daquelas que nos propõem esses

camaradas russos. Plena autonomia, plena independência e, conseqüentemente, plena responsabilidade dos indivíduos e dos grupos; livre acordo entre aqueles que crêem ser útil unir-se para cooperar em um trabalho comum, dever moral de manter os engagements assumidos e de nada fazer que esteja em contradição com o programa aceito. Sobre essas bases, adaptam-se as formas práticas, os instrumentos aptos a dar vida real à organização: grupos, federações de grupos, federações de federações, reuniões, congressos, comitês encarregados da correspondência ou de outras funções. Mas tudo isso deve ser feito livremente, de maneira a não entravar o pensamento e a iniciativa dos indivíduos, e somente para dar mais alcance a resultados que seriam impossíveis ou mais ou menos ineficazes se estivessem isolados.

Dessa maneira, os Congressos, em uma organização anarquista, ainda que sofrendo, enquanto corpos representativos, de todas as imperfeições que assinalei, estão isentos de todo autoritarismo porque não fazem a lei, não impõem aos outros suas próprias deliberações. Servem para manter e ampliar as relações pessoais entre os camaradas mais ativos, para resumir e provocar o estudo de programas sobre formas e meios de ação, mostrar a todos a situação das diversas regiões e a ação mais urgente em cada uma delas, para formular as diversas opiniões existentes entre os anarquistas e delas fazer um tipo de estatística. Suas decisões não são regras obrigatórias, mas sugestões, conselhos, proposições a submeter a todos os interessados; elas só se tornam obrigatórias e executivas para aqueles que as aceitam, e só até o ponto em que as aceitam. Os órgãos administrativos que eles nomeiam – Comissão de correspondência etc. – não têm nenhum poder de direção, só tomam iniciativas, não possuem nenhuma autoridade para impor seus

próprios pontos de vista, que podem seguramente sustentar e propagar enquanto grupos de camaradas, mas que não podem apresentar como opinião oficial da organização. Publicam as resoluções dos Congressos, as opiniões e as proposições que grupos e indivíduos lhes comunicam; são úteis a quem quiser deles se servir para estabelecer relações mais fáceis entre os grupos e para a cooperação entre aqueles que estão em concordância em diversas iniciativas, mas todos livres para se corresponderem com quem bem entendam ou se servirem de outros comitês nomeados por agrupamentos especiais. Numa organização anarquista, cada membro pode professar todas as opiniões e empregar todas as táticas que não estejam em contradição com os princípios aceitos e não prejudiquem a atividade dos outros. Em todos os casos, determinada organização dura enquanto as razões de união forem mais fortes do que as razões de dissolução, e dê lugar a outros agrupamentos mais homogêneos. É certo que a duração, a permanência de uma organização é condição de sucesso na longa luta que devemos sustentar e, por outro lado, é natural que toda instituição aspire, por instinto, a durar indefinidamente. Todavia, a duração de uma organização libertária deve ser a consequência da afinidade espiritual de seus membros e das possibilidades de adaptação de sua constituição às mudanças das circunstâncias; quando já não é mais capaz de missão útil, é melhor que desapareça.

Esses camaradas russos acharão, talvez, que uma organização, tal como concebo, e tal como já foi realizada, mais ou menos bem, em diferentes épocas, é de pouca eficácia. Eu compreendo. Esses camaradas estão obcecadas pelo sucesso dos bolchevistas em seu país; eles desejariam, a exemplo destes, reunir os anarquistas em um tipo de

exército disciplinado que, sob a direção ideológica e prática de alguns chefes, marchasse, compacto, ao assalto dos regimes atuais e que, obtida a vitória material, dirigisse a constituição da nova sociedade. E talvez seja verdade que, com este sistema, admitindo que anarquistas prestem-se a isso, e que os chefes sejam homens de gênio, nossa força material se tornaria maior. Mas por que resultados? Não aconteceria com o anarquismo o que aconteceu, na Rússia, com o socialismo e com o comunismo? Esses camaradas estão impacientes com o sucesso, nós também, mas não se deve, para viver e vencer, renunciar às razões da vida e desnaturar o caráter da eventual vitória. Queremos combater e vencer, mas como anarquistas e pela anarquia.

SINDICALISMO E ANARQUISMO

Umanità Nova, 06/04/1922.

Convidado e quase forçado, com gentileza, a falar na sessão de encerramento do último congresso da União Sindical Italiana, pronunciei palavras que escandalizaram os “sindicalistas puros”, que desagradaram certos camaradas, sem dúvida porque as consideraram inoportunas, e, o que é pior, receberam aplausos mais ou menos interessados de pessoas estranhas à União Sindical, distantes de minhas idéias e de meu pensamento.

Todavia, outra coisa não faço senão repetir opiniões já mil vezes por mim expressadas, e que me parecem fazer, integralmente, parte do programa anarquista! É, portanto, útil retomar a questão.

Não se deve confundir o “sindicalismo”, que quer para si uma doutrina e um método para resolver a questão social, com a propaganda, a existência e a atividade dos sindicatos operários.

Os sindicatos operários (as ligas de resistências e as outras manifestações do movimento operário) são sem dúvida alguma úteis: eles são até mesmo uma fase necessária da ascensão do proletariado. Eles tendem a dar consistência aos trabalhadores de suas reais posições de explorados e escravos; desenvolvem neles o desejo de mudar de situação; habituam-nos à solidariedade e à luta, e pela prática da luta, fazem-nos compreender que os patrões são inimigos e que o governo é o defensor dos patrões. A melhoria que se pode obter por meio das lutas operárias é certamente pouca, visto que o princípio de exploração e de opressão de uma classe por outra permanece, visto que estas melhorias correm o risco de serem sempre ilusórias e de serem suprimidas imediatamente pelo jogo das forças econômicas das classes superiores. Todavia, mesmo sendo incertas e ilusórias, essas melhorias servem, entretanto, para impedir que a massa se adapte e se embruteça em uma miséria sempre igual, que aniquila o próprio desejo de uma vida melhor. A revolução que nós queremos, feita pela massa e desenvolvendo-se por sua ação, sem imposição de ditaduras, nem declarada, nem insidiosa, teria dificuldade para se produzir e se consolidar sem a presença anterior de um grande movimento de massa.

De resto, o que quer que disso se possa pensar, o movimento sindical é um fato que se impõe e não necessita de nosso reconhecimento para existir. Ele é fruto natural, nas condições sociais atuais, da primeira revolta dos operários. Seria absurdo, e até mesmo prejudicial, querer que os trabalhadores renunciem às tentativas de obter melhorias imediatas, mesmo pequenas, à espera da total emancipação que deverá ser o produto da transformação social completa, feita pela revolução.

É por isso que nós, anarquistas, preocupados antes de mais nada com a realização de nosso ideal, longe de nos desinteressarmos pelo movimento operário, devemos tomar parte ativa nele e procurar fazer com que, ainda que se adaptando às contingências necessárias das pequenas lutas cotidianas, tenha a atitude mais crítica possível, segundo nossas aspirações, e torne-se um meio eficaz de elevação moral e de revolução.

Mas tudo isso não é o “sindicalismo”, que quer ser doutrina e prática em si, e que sustenta que a organização operária, feita para a resistência e para a luta real por melhorias atualmente acessíveis, conduz naturalmente, ao se ampliar, à completa transformação das instituições sociais; sindicalismo que seria a condição e a garantia de uma sociedade igualitária e libertária.

A tendência de cada um a dar grande importância ao que crê, é fato muito compreensível. Alguns indivíduos, tocados pelo antialcoolismo, pelo neo-malthusianismo, pela língua internacional etc, acabaram vendo em sua propaganda minúscula e fragmentária a panacéia para todos os males da sociedade. Não é surpreendente que aqueles que consagraram

todo o seu entusiasmo, toda a sua atividade a um objetivo tão importante e vasto quanto o movimento operário, acabem, amiúde, por fazer dele um remédio universal e suficiente em si.

E, na realidade, houve, principalmente na França, anarquistas que entraram para o movimento operário com as melhores intenções, para levar nossa mensagem e propagar nossos métodos ao meio das massas, que foram, em seguida, absorvidos e transformados, exclamando que “o socialismo basta a si mesmo”, e acabarão, em breve, por deixarem de ser anarquistas. Isto para não falar daqueles que traíram conscientemente e que abandonaram até mesmo o sindicalismo, e, sob o pretexto de “união sagrada”, puseram-se a serviço do governo e dos patrões.

Mas se a embriaguez sindicalista é explicável e perdoável, esta é uma razão a mais para se estar vigilante e para não privilegiar um meio, uma forma de luta potencialmente revolucionária, pois, deixados a eles mesmos, podem tornar-se instrumento de conservação dos privilégios e de adaptação das massas mais evoluídas às instituições sociais atuais.

O movimento operário, apesar de todos os seus méritos e de toda a sua potencialidade, não pode ser em si um movimento revolucionário, no sentido da negação das bases jurídicas e morais da sociedade atual.

Cada nova organização pode, dentro do espírito dos fundadores e dos estatutos, ter as aspirações mais elevadas e os objetivos mais seguros, mas se quiser exercer a função própria do sindicato operário, isto é, a defesa atual dos interesses de seus membros, deve reconhecer, de fato, as instituições que nega em teoria, adaptar-se às circunstâncias

e tentar obter, pouco a pouco, o máximo possível, fazendo acordos e transigindo com patrões e governo.

Numa palavra, o sindicato operário é, por sua natureza, reformista, não revolucionário. O espírito revolucionário deve ser-lhe levado, desenvolvido e mantido pelo trabalho constante dos revolucionários que agem fora e dentro do sindicato, mas ele não pode provir de prática natural e normal. Ao contrário, os interesses atuais e imediatos dos operários associados, que o sindicato tem por missão defender, estão, com muita freqüência, em contradição com as aspirações ideais e futuras. O sindicato só pode fazer ação revolucionária se estiver impregnado do espírito de sacrifício, à medida que o ideal esteja situado acima dos interesses, quer dizer, somente na medida em que cesse de ser sindicato econômico para se tornar grupo político fundado sobre um ideal, o que é impossível nas grandes organizações que necessitam, para agir, do consentimento das massas, sempre mais ou menos egoístas, medrosas e lentas.

Mas não é o pior.

A sociedade capitalista é feita de tal maneira que, em geral, os interesses de cada classe, de cada categoria, de cada indivíduo, estão em contradição com os de todas as outras classes, categorias e indivíduos. Na vida prática, observam-se as alianças e as oposições mais curiosas entre classes e indivíduos que, do ponto de vista de justiça social, deveriam ser cada vez mais amigos ou cada vez mais inimigos. Acontece amiúde que, a despeito da solidariedade proletária tão proclamada, os interesses de uma categoria de operários sejam opostos àqueles de outros operários e se harmonizem com os de uma parte dos

patrões. Assim, também, acontece que, a despeito da fraternidade internacional tão desejada, os interesses atuais dos operários de um país os liguem aos capitalistas autóctones e os façam lutar contra os trabalhadores estrangeiros: por exemplo, as diferentes tomadas de posição das organizações operárias sobre a questão das tarifas alfandegárias, e a vontade de participação das massas operárias nas guerras entre os Estados capitalistas.

Não me prolongarei citando numerosos exemplos de oposições de interesses entre as diferentes categorias de produtores e consumidores, em razão da falta de espaço, e também porque estou cansado de repetir o que já disse tantas vezes: o antagonismo entre os assalariados e os desempregados, os homens e as mulheres, os operários nacionais e estrangeiros, os trabalhadores do setor público e os trabalhadores que utilizam este setor, entre aqueles que conhecem uma profissão e os que querem aprender, etc.

Lembrarei aqui o interesse que os operários das indústrias de luxo têm de que as classes ricas sejam prósperas, assim como aqueles das múltiplas categorias de trabalhadores de diferentes localidades que querem que os “negócios” progridam, mesmo às custas das outras localidades e da produção necessária às massas. E que dizer dos trabalhadores que estão nas indústrias perigosas para a sociedade, e dos indivíduos que simplesmente não possuem outros meios para ganhar sua vida? Tentai, portanto, em tempo normal, quando não se crê na iminência da revolução, persuadir os operários dos estaleiros, ameaçados pela falta de trabalho, a não pedir ao governo a construção de um novo cruzador. E tentai resolver, se o podeis, por meios sindicais e sem desfavorecer ninguém, o conflito dos doqueiros que outro meio

não têm para assegurar sua vida senão monopolizar o trabalho em sua vantagem, e os recém-chegados, os “não oficiais”, que exigem seu direito ao trabalho e à vida!

Tudo isso, e muitas outras coisas que se poderiam dizer, mostra que o movimento operário em si, sem o fermento das idéias revolucionárias, em oposição aos interesses presentes e imediatos dos operários, sem a crítica e o impulso dos revolucionários, longe de conduzir à transformação da sociedade em proveito de todos, tende a fomentar egoísmos de categorias e a criar uma classe de operários privilegiados, acima da grande massa dos deserdados.

Assim se explica o fato segundo o qual em todos os países, todas as organizações operárias, à medida em que cresceram e se reforçaram, tornaram-se conservadoras e reacionárias. Aqueles que consagraram ao movimento operário seus esforços, honestamente, tendo como objetivo uma sociedade de bem-estar e de justiça para todos, estão condenados a um trabalho de Sísifo, e devem sempre recomeçar do zero.

Não é verdade, como garantem os sindicalistas, que a organização operária de hoje servirá de quadro à sociedade futura e facilitará a passagem do regime burguês para o regime igualitário.

É uma idéia que estava em vigor entre os membros da 1ª Internacional. E se minha memória não falha, encontra-se, nos escritos de Bakunin, que a nova sociedade seria realizada pelo ingresso de todos os trabalhadores nas seções da Internacional.

Todavia, parece-me que é um erro.

Os quadros das organizações operárias atuais correspondem às condições contemporâneas da vida econômica, resultante da evolução histórica da sociedade e da imposição do capitalismo. Mas a nova sociedade só pode ser feita destruindo os quadros e criando novos organismos correspondentes às novas condições e aos novos objetivos sociais.

Os operários estão hoje agrupados segundo as profissões que exercem, as indústrias às quais pertencem, segundo os patrões contra os quais devem lutar, ou o comércio ao qual estão ligados. Para que servirão esses agrupamentos quando, após a supressão do patronato e a transformação das relações comerciais, boa parte das profissões e das indústrias atuais tiverem desaparecido, algumas em definitivo, por serem inúteis e perigosas, outras momentaneamente, porque, ainda que úteis no futuro, não teriam razão de ser nem possibilidades no período agitado da crise social? Para que servirão, para citar um exemplo entre mil, as organizações dos trabalhadores de mármore de Carrara, quando for necessário que eles partam para cultivar a terra, para aumentar a produção alimentícia, deixando para o futuro a construção dos monumentos e dos palácios de mármore?

Evidentemente, as organizações operárias, em particular sob a forma cooperativa (que tendem, por outro lado, em regime capitalista, a minar a resistência operária), podem servir para desenvolver nos trabalhadores capacidades técnicas e administrativas. Entretanto, no momento da revolução e da reorganização social, devem desaparecer e se fundir em novos grupamentos populares que as circunstâncias exigirem. É objetivo dos revolucionários tentar impedir que neles se

desenvolva um espírito corporativista, que seria obstáculo à satisfação das novas necessidades da sociedade.

Desta forma, segundo minha opinião, o movimento operário é um meio a ser utilizado hoje para elevar e educar as massas, para o inevitável choque revolucionário. Mas é um meio que apresenta inconvenientes e perigos. Nós, anarquistas, devemos trabalhar para neutralizar esses inconvenientes, evitar esses perigos, e utilizar, tanto quanto possível, o movimento para nossos fins.

Isto não quer dizer que desejaríamos, como já foi dito, submeter o movimento operário ao nosso partido. Estaríamos de certo contentes se *todos* os operários, todos os homens, fossem anarquistas, o que é a tendência ideal de todo propagandista. Mas, neste caso, a anarquia seria uma realidade, e estas discussões seriam inúteis.

No estado atual das coisas, queremos que o movimento operário, aberto a todas as correntes de idéias e tomando parte em todos os aspectos da vida social, econômica e moral, viva e se desenvolva sem nenhuma dominação de partido, do nosso assim como dos outros.

Para nós, não é muito importante que os trabalhadores queiram mais ou menos: o importante é que aqueles que queiram, procurem conquistar, com sua força, sua ***ação direta***, em oposição aos capitalistas e ao governo.

Uma pequena melhoria, arrancada pela força autônoma, vale mais por causa de seus efeitos morais e, a longo prazo, mesmo seus efeitos materiais, do que uma grande reforma concedida pelo governo ou pelos

capitalistas com finalidades enganadoras, ou mesmo por pura e simples gentileza.

A GREVE GERAL

Umanità Nova, n.º 132

7 de junho de 1922

A “greve geral” é, sem nenhuma dúvida, uma arma poderosa nas mãos do proletariado; ela é ou pode ser um modo e a ocasião de desencadear uma revolução social radical.

Entretanto, eu me pergunto se a idéia da greve geral não fez mais mal do que bem à causa da revolução!

Na realidade, creio que no passado o mal levou a melhor sobre o bem, e hoje poderia ser o contrário, ou seja, a greve geral poderia ser um meio eficaz de transformação social, mas sob a condição de compreendê-la e de utilizá-la de uma forma diferente daquela praticada pelos seus antigos partidários.

Nos primeiros momentos do movimento socialista, e em particular na Itália, durante a 1.^a Internacional, quando a lembrança das lutas dos mazzinianos ainda estava bem recente e uma grande parte dos homens

que haviam combatido pela “Itália” nas fileiras do exército de Garibaldi ainda vivia, desiludida e indignada pelo massacre que os monarquistas e os capitalistas perpetravam contra a “pátria”, estava perfeitamente claro que o regime defendido pelas baionetas só podia ser derrubado se se convencesse uma parte dos soldados a defender o povo e a derrotar, pela luta armada, as forças da polícia e os soldados que tivessem permanecido fiéis à disciplina.

É por esta razão que se *conspirava*, quer dizer, que se fazia uma propaganda ativa entre os soldados, procurava armar-se, preparavam-se planos de ação militar.

A bem da verdade, os resultados eram pequenos porque éramos pouco numerosos, porque os objetivos sociais pelos quais se queria fazer a revolução eram desconhecidos e rejeitados pelo conjunto da população; porque, em suma, “os tempos não estavam maduros”.

Mas a vontade de preparar a insurreição existia e ela encontrava pouco a pouco o meio de realizá-la; a propaganda começava a tocar mais pessoas e a dar seus frutos; “os tempos amadureciam”, o que em parte era devido à ação direta dos revolucionários e ainda mais à evolução econômica que, aguçando o conflito entre os trabalhadores e os patrões, desenvolvia a consciência deste conflito, do qual os revolucionários tiravam partido.

As esperanças colocadas na revolução social aumentavam, e parecia certo que através das lutas, das perseguições, das tentativas mais ou menos “inconsideradas” e infelizes, as paradas e as retomadas de atividade febril, chegar-se-ia, em um tempo bastante breve, a

desencadear a explosão final e vitoriosa que deveria abater o regime político e econômico em vigor e abrir a via a uma evolução mais livre rumo a novas formas de vida em comum, fundada sobre a liberdade de todos, sobre a justiça para todos, sobre a fraternidade e a solidariedade para todos.

* * *

Mas o marxismo veio frear através de seus dogmas e de seu fatalismo o ímpeto voluntarista da juventude socialista (na época os anarquistas também se chamavam socialistas).

E infelizmente, com suas aparências científicas (estava-se em plena embriaguez *cientificista*), o marxismo ludibriou, atraiu e desviou a maioria dos anarquistas.

Os marxistas puseram-se a dizer que “a revolução não se faz, ela surge”; diziam que o socialismo viria necessariamente seguindo “o curso natural e fatal das coisas” e que o fator político (a força, a violência posta ao serviço dos interesses econômicos) não tinha nenhuma importância, e o fator econômico determinava a vida social por completo. E, assim, a preparação da insurreição foi deixada de lado e praticamente abandonada.

Eu gostaria de observar que se os marxistas desprezavam toda luta política quando se tratava de uma luta que tendia à insurreição, eles decidiram repentinamente que a política era o principal meio, e quase o

único, para fazer triunfar o socialismo, tão logo eles entreviram a possibilidade de entrar para o Parlamento e dar à luta política o sentido restritivo de luta eleitoral. E se aplicaram, assim, a apagar nas massas todo entusiasmo pela ação insurrecional.

Foi então que, diante deste estado de coisas e deste estado de espírito geral que a idéia da greve geral foi lançada e acolhida com entusiasmo por aqueles que não tinham confiança na ação parlamentar e que viam na greve geral uma via nova e promissora que se abria à ação popular.

Todavia, por infelicidade, a maioria não via na greve geral um meio para levar as massas à insurreição, isto é, a abater o poder político pela violência e a tomar posse da terra, dos meios de produção de toda a riqueza social. Para eles, a greve geral substituía a insurreição; viam nela um meio para “tornar faminta a burguesia” e faze-la capitular sem combater.

E como é fatal que o cômico e o grotesco estejam sempre juntos, até mesmo nas coisas mais sérias, houve quem empreendesse a busca de ervas e de “pílulas” capazes de sustentar indefinidamente o corpo humano sem que seja necessário alimentar-se; e isso, a fim de assinalá-las aos trabalhadores e coloca-los em condições de esperar, em um jejum pacífico, que os burgueses viessem apresentar suas desculpas e pedir perdão.

Eis porque eu estimo que a idéia da greve geral fez mal à revolução.

Mas espero e acredito que esta ilusão – fazer capitular a burguesia, tornando-a faminta – desapareceu completamente; e se ela permaneceu, os fascistas se encarregaram de dissipá-la.

A greve geral de protesto, para apoiar reivindicações de ordem econômica e política compatíveis com o regime, pode ser útil se é feita em momento propício, quando o governo e os patrões acham oportuno ceder de uma só vez, por medo do pior. Mas não se deve esquecer que é preciso comer todos os dias e que, se a resistência se prolonga, ainda que por poucos dias, é preciso curvar-se ignominiosamente sob o jugo dos patrões, ou então se insurgir... Mesmo que o governo ou as forças especiais da burguesia não tomem a iniciativa da violência.

Conclui-se daí que se faz uma greve geral, seja para resolver definitivamente o problema, ou com objetivos transitórios, deve-se estar decidido e preparado a resolver a questão pela força.

O CONGRESSO DE AMSTERDÃ

Prefácio do relatório do *Congresso*

Anarquista, Amsterdã, Les Temps

Nouveaux, Paris, 05/10/1907.

A primeira tendência foi representada principalmente pelo camarada Monatte, da C.G.T, com um grupo que ele fez questão de denominar “jovens”, apesar dos protestos dos jovens, bem mais numerosos, de tendência oposta.

Monatte, em seu extraordinário relatório, falou-nos longamente do movimento sindicalista francês, de seus métodos de luta, dos resultados morais e materiais aos quais já chegou, e concluiu afirmando que o sindicalismo basta-se a si mesmo como meio para realizar a revolução social e realizar a anarquia.

Contra esta última afirmação intervi energicamente. O sindicalismo, disse, mesmo ganhando consistência com o adjetivo revolucionário, só pode ser um movimento legal, movimento que luta contra o capitalismo no meio econômico e político que o Capitalismo e o Estado lhe impõem. Não tem, portanto, saída, e nada poderá obter de permanente e geral, senão deixando de ser sindicalismo, ligando-se não mais à melhoria das condições dos assalariados e à conquista de algumas liberdades, mas à expropriação da riqueza e à destruição radical da organização estatista.

Reconheço toda a utilidade, até mesmo a necessidade da participação ativa dos anarquistas no movimento operário, e não preciso insistir para que acreditem em mim, pois fui um dos primeiros a lamentar a atitude de isolamento altivo tomada pelos anarquistas depois da dissolução da antiga Internacional, e a incitar novamente os camaradas na via que Monatte, esquecendo a história, denomina nova. Mas isto só é útil sob a condição de permanecermos anarquistas antes de tudo, e não deixemos de considerar todo o resto do ponto de vista da propaganda e da ação anarquistas. Não peço que os sindicatos adotem um programa

anarquista e que sejam compostos só por anarquistas: – neste caso, eles seriam inúteis, porque seriam a repetição dos agrupamentos anarquistas, e não mais teriam a qualidade que os torna caros aos anarquistas, ou seja, a de ser um campo de propaganda hoje, e um meio, amanhã; a de conduzir a massa à rua e fazê-la assumir o controle da posse das riquezas e da organização da produção para a coletividade. Desejo sindicatos amplamente abertos a todos os trabalhadores que comecem a sentir a necessidade de se unirem com seus camaradas para lutar contra os patrões; todavia, também conheço todos os perigos que representam, para o futuro, agrupamentos feitos com o objetivo de defender, na sociedade atual, interesses particulares, e peço que os anarquistas, que estão nos sindicatos, dêem-se por missão salvaguardar o futuro, lutando contra a tendência natural desses agrupamentos de se tornarem corporações fechadas, em antagonismo com outros proletários, ainda mais do que com os patrões.

A causa do mal-entendido talvez possa ser encontrada na crença, segundo minha opinião, errônea, ainda que geralmente aceita, segundo a qual os interesses dos operários são solidários, e que, conseqüentemente, basta que operários ponham-se a defender seus interesses e a perseguir a melhoria de suas condições para que sejam, naturalmente, levados a defender os interesses de todo o proletariado contra o patronato.

A verdade é, segundo meu ponto de vista, bem diferente. Os operários suportam, como todo mundo, a lei de antagonismo geral, que deriva do regime da propriedade individual; eis porque os agrupamentos de interesses, sempre revolucionários, no início, enquanto são fracos e necessitam da solidariedade dos outros tornam-se conservadores e

exclusivistas quando adquirem força, e, com a força, a consciência de seus interesses particulares. A história do trade-unionismo inglês e americano está aí para mostrar a maneira como se produziu essa degenerescência do movimento operário, quando ele se limita à defesa dos interesses atuais.

É somente com vistas a uma transformação completa da sociedade que o operário pode se sentir solidário com o operário, o oprimido solidário com o oprimido; e é papel dos anarquistas manter ardente, por muito tempo, o fogo do ideal, procurando orientar, tanto quanto possível, todo o movimento para as conquistas do futuro, para a revolução, inclusive, se preciso for, em detrimento das pequenas vantagens que pode hoje obter qualquer fração da classe operária, e que, freqüentemente, só são obtidas às expensas de outros trabalhadores e do público consumidor.

Mas para poder representar esse papel de elementos propulsores nos sindicatos, é preciso que os anarquistas proibam-se de ocupar cargos, principalmente cargos remunerados.

Um anarquista funcionário permanente e estipendiado de um sindicato é um homem perdido como anarquista. Não digo que algumas vezes não possa fazer bem; mas é um bem que fariam em seu lugar, e melhor do que ele, homens de idéias menos avançadas, enquanto ele, para conquistar e conservar seu emprego deve sacrificar suas opiniões pessoais e, com freqüência, fazer coisas que outro objetivo não têm senão o de se fazer perdoar pelo pecado original de ser anarquista.

Por sinal, a questão é clara. O sindicato não é anarquista, e o funcionário é nomeado e pago pelo sindicato: se ele trabalha pelo anarquismo, põe-se em oposição com aqueles que pagam e, em pouco tempo, perde seu cargo ou é causa de dissolução do sindicato; se, ao contrário, ele cumpre a missão para a qual foi nomeado, segundo a vontade da maioria, então, adeus anarquismo.

Fiz observações análogas em relação a esse meio de união próprio do sindicalismo: a greve geral. Devemos aceitar, dizia, e propagar a idéia da greve geral como um meio muito cômodo de começar a revolução, mas não devemos criar a ilusão de que a greve geral poderá substituir a luta armada contra as forças do Estado.

Foi dito, amiúde, que os operários poderão, pela greve, tornar os burgueses famintos e conduzi-los à composição. Eu não poderia imaginar absurdo maior que este. Os operários estariam mortos de fome muito tempo antes que os burgueses, que dispõem de todos os produtos acumulados, começassem a sofrer seriamente.

O operário, que nada possui, não mais recebendo seu salário, deverá se apoderar dos produtos pela força bruta: encontrará os policiais, os soldados e os próprios burgueses, que desejarão impedi-lo; e a questão deverá se resolver, em pouco tempo, por tiros de fuzil, bombas, etc. A vitória ficará com quem souber ser mais forte. Preparemo-nos, portanto, para essa luta necessária, ao invés de limitarmo-nos a pregar a greve geral como uma espécie de panacéia que deverá resolver todas as dificuldades. Por sinal, mesmo como maneira para começar a revolução, a greve geral só poderá ser empregada de maneira muito relativa. Os serviços de alimentação, inclusive os dos

transportes dos gêneros alimentícios, não admitem uma interrupção prolongada: é preciso, portanto, apoderar-se revolucionariamente dos meios para assegurar o aprovisionamento, antes que a greve se tenha desenvolvido, por si mesma, em insurreição. Preparar-se para fazer isso não pode ser o papel do sindicalismo: este poderá apenas fornecer a massa para poder realizá-la.

Sobre essas questões assim expostas por Monatte e por mim, travou-se uma discussão muito interessante, ainda que um pouco sufocada pela falta de tempo e pela necessidade enfadonha de tradução em vários idiomas. Concluiu-se propondo várias resoluções, mas não me parece que as diferenças de tendência tenham sido satisfatoriamente definidas; é preciso mesmo muita perspicácia para descobri-lo, e, com efeito, a maioria dos congressistas não o descobriu em absoluto e votou igualmente as diferentes resoluções.

Isto não impede que duas tendências bem reais se tenham manifestado, ainda que a diferença exista mais no desenvolvimento futuro previsto do que nas intenções atuais das pessoas.

Estou convencido, com efeito, que Monatte e o grupo dos “jovens” são tão sincera e profundamente anarquistas quanto qualquer “experimentado”. Eles lamentariam conosco as faltas que se produziriam entre os funcionários sindicalistas; entretanto, eles as atribuiriam a fraquezas individuais. Eis o erro. Se se tratasse de faltas imputáveis a indivíduos, o mal não seria grande: os fracos desaparecem rapidamente e os traidores são logo reconhecidos e colocados na impossibilidade de prejudicar. Mas o que torna o mal sério, é que ele depende das circunstâncias nas quais os funcionários sindicalistas se encontram.

Convido nossos amigos anarquistas sindicalistas a refletir sobre isto, e a estudar as posições respectivas do socialista que se torna deputado, e do anarquista que se torna funcionário de sindicato: talvez a comparação não seja inútil.

Com isso o Congresso estava praticamente terminado: não nos restava mais força nem tempo. Felizmente as questões que ainda deveriam ser discutidas não tinham grande importância.

Havia, é verdade, o antimilitarismo; mas entre anarquistas esta questão não podia dar origem a debate. Limitamo-nos, portanto, a afirmar, numa resolução, nosso ódio pelo militarismo, não somente como instrumento de guerra entre os povos, mas também como meio de repressão, reunindo em uma única condenação o exército, a polícia, a magistratura, e qualquer força armada em mãos do Estado.

Foi proposta uma resolução contra o alcoolismo, mas passou-se à ordem do dia. Ninguém certamente teria hesitado em aclamar uma resolução contra o abuso de bebidas alcoólicas, ainda que, provavelmente, com a convicção de que isso para nada servisse; mas a resolução proposta condenava até mesmo o uso moderado, que se considerava ainda mais perigoso que o abuso. Pareceu-nos muito exagerado; em todo o caso, pensamos que este é um argumento que deveria ser discutido principalmente por médicos... Admitindo que eles conheçam alguma coisa do assunto.

Enfim, havia a questão do Esperanto, cara ao camarada Chapelier. O Congresso, após uma discussão, necessariamente breve e superficial, recomendou aos camaradas estudar a questão de um idioma

internacional, mas recusou-se a se pronunciar quanto aos méritos do Esperanto. E eu, que sou um esperantista convicto, devo convir que o Congresso teve razão: não podia deliberar sobre algo que não conhecia.

Deixai que eu conclua com as palavras que estavam nas bocas de todos os congressistas, no momento da separação: o Congresso foi realizado e obteve pleno êxito; mas um Congresso não é absolutamente nada, se não é acompanhado pelo esforço de todos os dias, de todos os camaradas.

Ao trabalho, todos.

CAPITALISTAS E LADRÕES

Il Risveglio anarchico, março de 1911.

A propósito das tragédias de Houndsditch e Sidney Street

Em uma ruela da City, ocorre uma tentativa de assalto a uma joalheria; os ladrões, surpreendidos pela polícia, fogem abrindo caminho à bala. Mais tarde, dois dos ladrões, descobertos numa casa de East-End defendem-se uma vez mais à bala, e morrem no tiroteio.

No fundo, nada de extraordinário em tudo isso, na sociedade atual, exceto a energia excepcional com que os ladrões se defenderam.

Mas esses ladrões eram russos, talvez refugiados russos; e é também possível que tenham freqüentado um clube anarquista nos dias de reunião pública, quando ele está aberto a todos. Sem dúvida, a imprensa capitalista serve-se, uma vez mais, deste caso para atacar os anarquistas. Ao ler os jornais burgueses, dir-se-ia que a anarquia, este sonho de justiça e de amor entre os homens, nada mais é senão roubo e assassinato. Com tais mentiras e calúnias, conseguem, com certeza, afastar de nós, muitos daqueles que estariam conosco se ao menos soubessem o que queremos.

Não é inútil repetir, portanto, qual é nossa atitude de anarquistas em relação à teoria e à prática do roubo.

Um dos pontos fundamentais do anarquismo é a abolição do monopólio da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho, e, conseqüentemente, a abolição da exploração do trabalho alheio exercida pelos detentores dos meios de produção. Toda apropriação do trabalho alheio, tudo o que serve a um homem para viver sem dar à sociedade sua contribuição à produção, é um roubo, do ponto de vista anarquista e socialista.

Os proprietários, os capitalistas, roubaram do povo, pela fraude ou pela violência, a terra e todos os meios de produção, e como conseqüência deste roubo inicial podem subtrair dos trabalhadores, a cada dia, o produto de seu trabalho. Mas esses ladrões afortunados tornaram-se fortes, fizeram leis para legitimar sua situação, e organizaram todo um sistema de repressão para se defender, tanto das reivindicações dos trabalhadores quanto daqueles que querem substituí-los, agindo como eles próprios agiram. E agora o roubo *desses senhores*

chama-se propriedade, comércio, indústria, etc; o nome de *ladrões* é reservado, todavia, na linguagem usual, àqueles que gostariam de seguir o exemplo dos capitalistas, mas que, tendo chegado muito tarde e em circunstâncias desfavoráveis, só podem fazê-lo revoltando-se contra a lei.

Entretanto, a diferença de nomes empregados ordinariamente não basta para apagar a identidade moral e social das duas situações. O capitalista é um ladrão cujo sucesso se deve a seu mérito ou a de seus ascendentes; o ladrão é um aspirante a capitalista que só espera a oportunidade para sê-lo na realidade, para viver, sem trabalhar, do produto de seu roubo, isto é, do trabalho alheio.

Inimigos dos capitalistas, não podemos ter simpatia pelo ladrão que visa tornar-se capitalista. Partidários da expropriação feita pelo povo em proveito de todos, não podemos, enquanto anarquistas, ter nada em comum com uma operação que consiste unicamente em fazer passar a riqueza das mãos de um proprietário para as de outro.

Obviamente, refiro-me ao ladrão profissional, àquele que não quer trabalhar e procura os meios para poder viver como parasita do trabalho alheio. É bem diferente o caso de um homem ao qual a sociedade recusa meios de trabalhar e que rouba para não morrer de fome e não deixa morrer de fome seus filhos. Neste caso, o roubo (se é que se pode denominá-lo assim) é uma revolta contra a injustiça social, e pode tornar-se o mais imperioso dos deveres. Mas a imprensa capitalista evita falar desses casos, pois deveria, ao mesmo tempo, atacar a ordem social que tem por missão defender.

Com certeza, o ladrão profissional é, ele também, uma vítima do meio social. O exemplo que vem de cima, a educação recebida, as condições repugnantes nas quais se é, amiúde, obrigado a trabalhar, explicam facilmente como é que homens, que não são moralmente superiores a seus contemporâneos, colocados na alternativa de serem explorados ou exploradores, preferem ser exploradores e encarregam-se de consegui-lo pelos meios de que são capazes. Todavia, essas circunstâncias atenuantes podem também se aplicar aos capitalistas, e esta é a melhor prova da identidade das duas profissões.

As idéias anarquistas não podem, em conseqüência, levar os indivíduos a se tornarem capitalistas assim como não pode levá-los a serem ladrões. Ao contrário, dando aos descontentes uma idéia de vida superior e esperança de emancipação coletiva, elas os desviam, na medida do possível, tendo em vista o meio atual, de todas essas ações legais ou ilegais, que representam apenas adaptação ao sistema capitalista, e tendem a perpetuá-lo.

Apesar de tudo isso, o meio social é tão poderoso e os temperamentos pessoais tão diferentes, que bem pode existir entre os anarquistas alguns que se tornem ladrões, como há os que se tornam comerciantes ou industriais; mas, neste caso, uns e outros agem, assim, não por causa, mas a despeito das idéias anarquistas.

EM TORNO DE “NOSSO” ANARQUISMO

Pensiero e Volontà, 01/04/1924.

Tenho a impressão, ao ler a nossa imprensa na Itália e no exterior, ou os escritos que meus camaradas enviam a *Pensiero e Volontà*, freqüentemente não publicados por falta de espaço ou de organização, que ainda não conseguimos fazer com que compreendessem todos os objetivos que pretendemos atingir.

Algumas pessoas interpretam a seu modo nosso desejo de espírito prático e de realização, e crêem que queremos “começar um processo de revisão dos valores do anarquismo teórico”. E deduzem segundo suas tendências e preferências, seus temores e suas esperanças, que queremos renunciar na prática, senão na teoria, às nossas concepções rigorosamente anarquistas.

As coisas não vão tão longe. Na realidade, não acreditamos, assim como algumas pessoas nos atribuíram, que haja “antinomia entre a teoria e a prática”. Acreditamos, ao contrário, que, em geral, se não se pode realizar de imediato a anarquia, não é carência da teoria, mas devido ao fato de que todos não são anarquistas, e os anarquistas ainda não têm força para conquistar sua liberdade e fazê-la respeitar.

Em suma, permanecemos fiéis às idéias que desde seu início foram a alma do movimento anarquista, e não temos, para dizer a

verdade, nada a lamentar. Não o dizemos por orgulho, pois se tivéssemos cometido um erro no passado, seria nosso dever dizê-lo, e nos corrigirmos. Nós o dizemos porque é um fato. Aqueles, que conhecem os escritos de propaganda difundidos aqui e ali pelos fundadores desta revista, terão dificuldade em encontrar uma única contradição entre o que acabamos de dizer e o que dizíamos há mais de cinquenta anos.

Não se trata, portanto, de “revisão”, mas de desenvolvimento das idéias e de sua aplicação às contingências atuais.

Quando as idéias anarquistas eram novas, maravilhando e surpreendendo, e só se podia fazer propaganda com vistas a um futuro distante, as tentativas insurrecionais e os processos provocados de modo proposital serviam para atrair a atenção do público sobre nossa propaganda, aí, então, a crítica da sociedade atual e a explicação de nosso ideal podiam bastar. As questões de tática nada mais eram, no fundo, do que questões sobre os melhores meios de propagar as idéias e preparar os indivíduos e as massas para as transformações desejadas.

Todavia, hoje, os tempos são outros, as circunstâncias mudaram, e tudo leva a crer que num momento que poderia ser iminente, e que com certeza não está longe, encontrar-nos-emos prontos e forçados a aplicar as teorias aos fatos reais, e demonstrar que não somente temos mais razão do que outros quanto à superioridade de nosso ideal de liberdade, mas que nossas idéias e nossos métodos são igualmente os mais práticos para adquirir o máximo de liberdade e bem-estar possível no atual estado da civilização.

A reação em si, ainda que piorando e evoluindo, deixa o país em estado de equilíbrio instável, favorável a todas as esperanças assim como a todas as catástrofes. Os anarquistas podem ser chamados, de um momento para outro, a mostrar seu valor e a exercer peso sobre os acontecimentos, podendo ser, desde o início, senão preponderantes, pelo menos condizentes com seu número e sua capacidade moral e técnica.

É necessário, portanto, aproveitar este período transitório, que só pode ser uma preparação tranqüila, para agrupar, o máximo possível, forças morais e materiais, e estar prontos para tudo o que se poderá passar.

O ponto que não deve ser perdido de vista é o seguinte: somos uma minoria relativamente reduzida, e assim será até o dia em que uma mudança nas circunstâncias exteriores – condições econômicas melhoradas e maior liberdade – colocará as massas em posição de poder compreender-nos melhor e nos permitirá colocar nossa conduta em prática.

Mas as condições econômicas não melhorarão de modo sensível e duradouro, assim como a liberdade, enquanto o sistema capitalista e a organização estatista que defende os privilégios permanecerem vigentes. Em conseqüência, no dia em que, por razões que escapam em grande parte a nossa vontade, mas que existem e poderão produzir efeitos, o equilíbrio se romper e a revolução eclodir, encontrar-nos-emos, como agora, em minoria reduzida entre as diferentes forças em oposição.

O que deveremos fazer? Desinteressar-nos pelo movimento seria um suicídio moral, para sempre, pois sem nosso trabalho, sem o trabalho daqueles que querem impulsionar a revolução até a transformação social de todas as instituições sociais, até a abolição de todos os privilégios e de todas as autoridades, a revolução estancaria sem ter transformado nada do que é essencial, e nos encontraríamos nas mesmas condições que agora. Em outra futura revolução, seríamos ainda uma fraca minoria e deveríamos nos desinteressar pelo movimento, isto é, renunciar à razão de ser de nossa existência, que é combater incessantemente pela diminuição (enquanto sua completa abolição não for obtida) da autoridade e dos privilégios. Pelo menos para nós, que acreditamos que a propaganda, a educação, só podem em dada situação, tocar um número limitado de indivíduos, e que é preciso mudar as condições da situação para que nova camada da população possa elevar-se moralmente.

O que fazer, portanto?

Provocar, tanto quanto nos seja possível, o movimento, nele participando com todas as nossas forças, imprimindo-lhe o caráter mais libertário e mais igualitário que seja; apoiar todas as forças progressistas; defender o que é melhor quando não se puder obter o máximo, mas conservar sempre bem claro nosso caráter de anarquistas: não queremos o poder e suportamos com dificuldade que outros o tomem.

Há, entre os anarquistas – não diremos pretensos anarquistas – aqueles que pensam que, visto que as massas não são capazes de se organizar anarquicamente e de defender a revolução com métodos anarquistas, nós mesmos deveríamos tomar o poder e “impor a anarquia

pela força” (a frase, como nossos leitores o sabem, foi pronunciada em toda a sua crueza).

Eu não vou repetir que aquele que crê no poder educativo da força brutal e na liberdade estimulada e desenvolvida pelos governos, pode ser tudo o que quiser, poderá até mesmo ter razão sobre nós, mas não pode, certamente, chamar-se anarquista sem mentir a si mesmo e aos outros.

Observarei uma coisa: se deve haver um governo, ele não deverá vir de nós, seja porque somos minoritários, seja porque não temos as qualidades necessárias para conquistar e conservar o poder, e porque, digamo-lo francamente, entre os camaradas extravagantes que gostariam de conciliar a anarquia com a ditadura “provisória”, não há ninguém – ou muito poucos – capaz de ser legislador, juiz, policial... E em geral, exterminador! Poderia ocorrer que, entre nós, alguns, – não dos melhores – pactuem, por ignorância ou por razões menos confessáveis, com o partido triunfante e tentem aproveitar-se do governo. Eles nada mais fariam senão trair a causa que querem defender, como fizeram alguns pretensos anarquistas russos, como fazem os “socialistas” que se aliam aos burgueses para fazer progredir o socialismo ou os “republicanos” que servem a monarquia para preparar a república.

É preciso, conseqüentemente, fazer com que, durante a revolução, as massas apoderem-se da terra, dos instrumentos de trabalho e de toda a riqueza social, exijam e tomem toda a liberdade das quais são capazes, organizem a produção como puderem e quiserem, assim como a troca e toda a vida social, fora de qualquer imposição governamental. É preciso combater toda a centralização para dar inteira liberdade às

diferentes localidades e impedir que outros indivíduos se sirvam das massas mais atrasadas – que são sempre as mais importantes em número – para sufocar o impulso das regiões, das comunas e dos grupos mais avançados – e deveremos em todos os casos pedir para nós mesmos a mais completa autonomia e os meios para poder organizar nossa vida à nossa maneira, tentando arrastar as massas pela força do exemplo e da evidência dos resultados obtidos.

MIKHAIL BAKUNIN

(20/05/1814 – 01/07/1876)

Pensiero e Volontà, 01/07/1926

Hoje é o quinquagésimo aniversário da morte de Bakunin: os anarquistas do mundo inteiro comemoram, como as circunstâncias o permitem, o grande revolucionário, aquele que todos nós consideramos como nosso pai espiritual.

Eu gostaria de reproduzir aqui algumas de suas páginas mais eficazes e mais características. Seria a melhor e a mais útil homenagem. Mas estas páginas, ardentes de fé e de esperança, seriam certamente confiscadas, tendo em vista os tempos atuais, e eu as teria reimpresso em vão.

Os leitores deverão contentar-se, portanto, com minha magra prosa, tão indigna para evocar tal homem.

Há cinqüenta anos morria Bakunin, quase cinqüenta anos que eu o vi pela última vez em Lugano, já mortalmente atacado pela enfermidade e reduzido à sua própria sombra (ele me dizia, meio sério, meio irônico: “Meu caro, assisto à minha dissolução”). Entretanto, o simples fato de pensar nele ainda reconforta meu coração e enche-o de entusiasmo juvenil.

Tal foi, antes de mais nada, o grande valor de Bakunin: dar fé, dar febre de ação e de sacrifício a todos aqueles que tinham a felicidade de se aproximarem dele. Ele próprio tinha o hábito de dizer que ‘preciso ter “o diabo no corpo”. E ele realmente tinha, no corpo e no espírito, o Satã rebelde da mitologia, que não conhece deus, que não conhece senhores, e que nunca pára na luta contra tudo o que entrava o pensamento e a ação.

Eu fui bakuniniano, como todos os camaradas de minha geração, infelizmente já distante no tempo. Hoje, depois de longos anos, não me considero mais como tal.

Minhas idéias se desenvolveram e evoluíram. Hoje, penso que Bakunin foi muito marxista na economia política e na interpretação histórica. Creio que sua filosofia se debatia, sem conseguir sair, numa contradição entre a concepção mecanicista do universo e a fé na eficácia da vontade sobre os destinos do homem e da humanidade. Mas tudo isso importa pouco. As teorias são conceitos incertos e mutáveis. A filosofia geralmente faz hipóteses embasadas nas nuvens, e, em

substância, tem pouca ou nenhuma influência sobre a vida. Eis porque Bakunin permanece sempre, apesar de todas as discordâncias possíveis, nosso grande exemplo inspirador.

A crítica radical do princípio da autoridade e do Estado que ele encarna, continua bem viva. Sempre viva é a luta contra as mentiras políticas, a crítica das duas formas pelas quais oprimem-se e exploram-se as massas: a democracia e a ditadura. A reputação desse falso socialismo que ele denominava entorpecedor continua viva, e, de modo consciente ou não, ela tende a consolidar a dominação dos privilegiados embalando os trabalhadores com esperanças vãs. E, principalmente, o ódio intenso contra tudo o que degrada e humilha o homem, o amor ilimitado por sua liberdade, toda a liberdade, estão sempre vivos.

Que os camaradas pensem na vida de Bakunin, que foi cheia de lutas ideais e práticas, que foi um exemplo de devoção à causa da revolução. Que eles procurem – e todos nós também! – seguir seus passos gloriosos, mesmo de longe, cada um segundo suas forças e suas possibilidades!